

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Sirlei Lopes Vidal

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS E EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE
A GESTÃO DA INTERNACIONALIZAÇÃO NAS AUTARQUIAS
FEDERAIS DE ENSINO**

Santa Maria, RS
2023

Sirlei Lopes Vidal

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS E EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE A GESTÃO
DA INTERNACIONALIZAÇÃO NAS AUTARQUIAS FEDERAIS DE ENSINO**

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Relações Internacionais, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Júlio César Cossio Rodriguez

Santa Maria, RS
2023

Sirlei Lopes Vidal

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS E EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE A GESTÃO
DA INTERNACIONALIZAÇÃO NAS AUTARQUIAS FEDERAIS DE ENSINO**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Relações Internacionais, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Bacharela em Relações Internacionais**.

Aprovada em 12 de julho de 2023:

**Júlio César Cossio Rodriguez, Doutor (UFSM)
(Presidente/Orientador)**

Thomaz Francisco Silveira de Araujo Santos, Doutor (UFSM)

Bruno Hendler, Doutor (UFSM)

Santa Maria, RS
2023

Às mãos calejadas de meus pais, que me inspiram e motivam a seguir em busca de meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Aos governos Lula e Dilma que elevaram os investimentos em educação pública e ampliaram oportunidades de desenvolvimento ao povo brasileiro;

Ao Fernando Haddad, Ministro da Educação de 2005 a 2012, pela valorização da educação, criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e pela instituição do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni;

À Universidade Federal de Santa Maria pela qualidade de ensino e às diversas oportunidades acadêmicas e profissionais que tem me proporcionado desde 2004;

Aos professores do curso de Bacharelado em Relações Internacionais pelo empenho e partilha de conhecimento;

Aos servidores da Coordenadoria de Ações Educacionais – CAED, em especial a Adriana Monfardini, e do Setor de Apoio Pedagógico – SAP/CCSH, que tiveram atuação importante no processo de retomada e conclusão desse trabalho; e

A minha família e aos meus amigos pelo apoio e ensinamentos.

...

Mas renova-se a esperança

Nova aurora a cada dia

E há que se cuidar do broto

Pra que a vida nos dê flor e fruto

...

(NASCIMENTO, 1983)

RESUMO

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE A GESTÃO DA INTERNACIONALIZAÇÃO NAS AUTARQUIAS FEDERAIS DE ENSINO

AUTORA: Sirlei Lopes Vidal

ORIENTADOR: Júlio César Cossio Rodriguez

Este estudo tem por objetivo analisar a gestão da internacionalização nas autarquias federais de ensino e conhecer sua organização e operacionalização. A pertinência e a relevância desse estudo estão na possibilidade de ampliar a discussão e a perspectiva de abordagem da temática, bem como os resultados podem contribuir para reformular práticas de organização e gestão. A pesquisa se desenvolveu por meio da pesquisa documental e bibliográfica, sob a perspectiva da gestão e com suporte nas áreas temáticas da gestão educacional e das relações internacionais, e aplicação de questionário aos gestores para levantamento de dados organizacionais e operacionais. A partir dos resultados, pode-se concluir que o panorama estrutural da gestão da internacionalização nas autarquias federais de ensino se caracteriza pela institucionalização e regulamentação recente, pela estrutura reduzida/limitada, em termos de disponibilidade de pessoal e orçamento, o gestor é membro da carreira docente, com formação em área diversa às relações internacionais, o setor é uma assessoria ou coordenação e está vinculado ao gabinete do reitor(a).

Palavras-chave: Internacionalização. Educação. Gestão. Autarquias Federais de Ensino.

ABSTRACT

INTERNATIONAL RELATIONS AND EDUCATION: A STUDY ON THE MANAGEMENT OF INTERNATIONALIZATION IN FEDERAL EDUCATIONAL AUTARCHY

AUTHOR: Sirlei Lopes Vidal

ADVISOR: Júlio César Cossio Rodriguez

The objective of this study is to analyze the management of internationalization in federal educational autarchies and to know its organization and operation. The pertinence and relevance of this study lie in the possibility of broadening the discussion and the perspective of approaching the theme, as well as the results that can contribute to reformulate organizational and management practices. The research was developed through documentary and bibliographical research, from the perspective of management and with support in the thematic areas of educational management and international relations, and application of a questionnaire to managers to collect organizational and operational data. Based on the results, it can be concluded that the structural panorama of internationalization management in federal education autarchies is characterized by institutionalization and recent regulations, by the reduced/limited structure, in terms of availability of personnel and budget, the manager is a member of the teaching career, with training in an area other than international relations, the sector is an advisory or coordination and is linked to the president's office.

Keywords: Internationalization. Education. Management. Federal Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da Rede Federal.....	19
Figura 2 – Linha do tempo da criação das universidades federais de 1920 a 2006.....	21
Figura 3 – Expansão e desconcentração das universidades federais	23
Figura 4 – Tempo de atuação do gestor no setor de RI	41
Figura 5 – Respondentes por região.	42
Figura 6 – Quantitativo de servidores efetivos.....	42
Figura 7 – Quantitativo de alunos.....	43
Figura 8 – Quantitativo de servidores no setor.....	45
Figura 9 – Atuação internacional, por continente	47
Figura 10 – Acordos firmados entre 2018 e 2023	48
Figura 11 – Ações de internacionalização realizadas pelos IFs e UFs.....	48

LISTA DE SIGLAS

Aciety	Associação Colombiana de Instituições de Educação Superior com Formação Técnica Profissional, Tecnológica ou Universitária
Anut	Associação Nacional das Universidades Tecnológicas do México
Andifes	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CCISP	Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos de Portugal
Cefet	Centro Federal de Educação Tecnológica
CGRIFES	Colégio de Gestores de Relações Internacionais das Instituições Federais de Ensino Superior
Cican	Colleges and Institutes Canadá
Conif	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica
Cres	Conferência Regional de Educação Superior para América Latina e Caribe
CsF	Ciências sem Fronteiras
e-SIC	Sistema Eletrônico de Informações ao Cidadão
EAF	Escola Agrotécnica Federal
Enlaces	Espacio Latino-americano e Caribenho de Ensino Superior
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
ESE	Escola Superior de Educação
Faubai	Associação Brasileira de Educação Internacional
FMI	Fundo Monetário Internacional
Forinter	Fórum de Relações Internacionais do Conif
IF	Instituto Federal
Ifes	Instituições Federais de Ensino Superior
IFPR	Instituto Federal do Paraná
IFs	Institutos Federais
IPP	Instituto Politécnico do Porto
IsF	Idiomas sem Fronteiras
MEC	Ministério da Educação
Ocde	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OEI	Organização dos Estados Ibero-americanos
OUI	Organização Universitária Interamericana
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
Pisa	Programa Internacional para Avaliação dos Estudantes
Reuni	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
RI	Relações Internacionais
Sesu	Secretaria de Educação Superior
Setec	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UAB	Universidade Aberta do Brasil
URJ	Universidade do Rio de Janeiro
UF	Universidade Federal
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFs	Universidades Federais
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
WFCP	Federação Mundial de Colleges e Institutos Politécnicos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	AS AUTARQUIAS FEDERAIS DE ENSINO	17
2.1	A REDE FEDERAL.....	18
2.2	AS UNIVERSIDADES FEDERAIS.....	20
3	INTERNACIONALIZAÇÃO	25
3.1	ASPECTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS	25
3.2	ESTUDOS SOBRE INTERNACIONALIZAÇÃO	27
3.3	A GESTÃO DA INTERNACIONALIZAÇÃO NA REDE FEDERAL.....	31
3.4	A GESTÃO DA INTERNACIONALIZAÇÃO NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS	34
3.5	A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA INTERNACIONALIZAÇÃO	35
4	METODOLOGIA	37
5	ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	41
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
	REFERÊNCIAS	55
	APÊNDICE A – REDE FEDERAL	60
	APÊNDICE B – UNIVERSIDADES FEDERAIS	61
	APÊNDICE C – CONTATOS DOS SETORES DE RI	63
	APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO	66

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso, cuja pesquisa se desenvolveu sob a perspectiva da gestão da internacionalização nas autarquias federais de ensino (Universidades Federais - UFs e as instituições que constituem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – RFEPCT, com exceção das Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais), sustenta-se nas áreas temáticas da gestão educacional e das relações internacionais.

A gestão, em sentido amplo, pode ser definida como “processos intencionais e sistemáticos de se chegar a uma decisão e de fazer a decisão funcionar” (LIBÂNEO, 2015, p. 88), e a internacionalização, de forma preliminar, pode ser entendida como um esforço sistemático de inserção no cenário internacional.

As autarquias são entes da Administração Indireta e, conforme disposto no inciso I do art. 5º do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, é um “serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada”.

A administração pública pode ser compreendida como “o conjunto de atividades diretamente destinadas à execução concreta das tarefas ou incumbências consideradas de interesse público ou comum, numa coletividade ou numa organização estatal” (PASTORI, 2010, p. 10).

As autarquias federais de ensino, além de possuírem autonomia administrativa, patrimonial e financeira, também têm assegurada autonomia didático-pedagógica e disciplinar. A gestão educacional é componente integrante da gestão governamental em suas diferentes esferas e pode ser compreendida como o processo de articulação nas diferentes instâncias educacionais por meio de normatizações, que expressam objetivos e intencionalidades do Poder Público, conforme o contexto social, político e econômico.

A gestão educacional corresponde à área de atuação responsável por estabelecer o direcionamento e a mobilização capazes de sustentar e dinamizar o modo de ser e de fazer dos sistemas de ensino e das escolas, para realizar ações conjuntas, associadas e articuladas, visando o objetivo comum da qualidade do ensino e seus resultados. Sem essa orientação, todos os esforços são despendidos sem muito sucesso. (LÜCK, 2013, p. 25).

Nas últimas décadas, o processo de globalização tem promovido uma série de impactos na sociedade e, devido à evolução do capitalismo e das tecnologias de informação e comunicação, os processos de internacionalização têm se intensificado.

As Relações Internacionais, enquanto ciência social e disciplina, são “uma forma organizada de pensar as relações sociais que se estabelecem além das fronteiras dos Estados” (PECEQUILO, 2010, p. 15). Elas se ocupam dos fenômenos internacionais em suas diferentes dimensões – econômica, política, jurídica, social, ideológica e cultural.

De acordo com Seitenfus (2004, p. 2),

definem-se como conjunto de contatos que se estabelecem através das fronteiras nacionais entre grupos socialmente organizados. Portanto, são internacionais todos os fenômenos que transcendem a fronteira de um Estado, fazendo que os sujeitos, privados ou públicos, individuais ou coletivos, relacionem-se entre si. Essa percepção alarga tanto a cena a ser analisada quanto o número de atores que dela tomam parte.

A globalização pode ser definida como abertura de fronteiras, ou seja, é um fenômeno transnacional, que se caracteriza pela crescente intensificação das interações econômicas, políticas, comerciais, sociais e culturais a nível global. Formando, portanto, parte do campo de estudos abarcado pelas relações internacionais. Entende-se por transnacional os:

acontecimentos, fenômenos, ações, agentes, ligações ou relações de lealdade e interesses transnacionais refletem algo cuja ocorrência se dá, simultaneamente, “através” de dois ou mais Estados nacionais (ou seja, através de jurisdições políticas distintas), à revelia, e não raro a despeito de imposições ou restrições domésticas de toda ordem (como as de natureza legal, moral ou econômica). (SILVA; GONÇALVES, 2010, p. 288).

Segundo Silva & Lopes Jr. (2008, p. 6), “em sua origem, a globalização se deu através das caravelas, depois do barco a vapor, o trem; hoje, temos nos meios de comunicação o poder sobre a humanidade através dos satélites e dos computadores interligando o mundo em tempo real”. Então, conforme Silva & Lopes Jr. (2008), o processo de globalização pode ser periodizado em três fases: expansão marítima europeia e Revolução Mercantil, no século XV; Revolução Industrial e políticas imperialistas e colonialistas do século XIX; e Revolução Tecnológica, no século XX.

Essa periodização da globalização está diretamente relacionada aos estágios do capitalismo: comercial, industrial e financeiro. Para Seitenfus (2004, p. 177) “a globalização deve ser considerada como um processo histórico do capitalismo – sobretudo financeiro –, cuja fase mais aguda afirmou-se no final do século XX”.

Diante desse contexto de mudanças globais, de intensificação das interações transnacionais e da participação de novos atores no cenário internacional, a presente pesquisa se motivou pelo interesse em analisar a internacionalização nas autarquias federais de ensino, sob a perspectiva da gestão institucional da internacionalização, considerando que não há cargo

específico previsto no Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, estruturado pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, nos termos do Anexo II.

É importante destacar que legalmente os institutos federais são equiparados às universidades federais, conforme § 1º do art. 2º da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Desta forma, partindo da compreensão alargada do cenário e dos atores atuantes no cenário internacional e do entendimento de que “as universidades são os atores que desempenham papel preponderante para assegurar o desenvolvimento e a aproximação dos povos e das nações, independentemente da integração econômica, será através delas que também estará assegurada a cooperação baseada na solidariedade e no respeito às especificidades de cada população” (STALLIVIERI, 2004, p. 28), as autarquias federais de ensino são atores relevantes no cenário internacional.

Considerando as mudanças globais e a abrangência das autarquias federais de ensino, os gestores educacionais precisam estar atentos às demandas relativas ao processo de internacionalização de modo que a educação ofertada possa “preparar cidadãos do futuro para um mundo interligado e interdependente” (STALLIVIERI, 2004, p. 16).

Assim, tem-se como problema de pesquisa a seguinte questão norteadora: Qual é o panorama estrutural da gestão da internacionalização nas autarquias federais de ensino? Os estudos sobre internacionalização na área educacional ainda são restritos, embora nas últimas décadas tenha sido tema de pesquisas, conforme referido ao longo desse trabalho. Apesar de que pesquisas sobre cooperação internacional e atuação de novos atores no cenário internacional não seja algo novo nas relações internacionais, a abordagem temática proposta nessa pesquisa ainda é incomum.

O objetivo geral é analisar a gestão da internacionalização nas autarquias federais de ensino. Como objetivos específicos busca-se: pesquisar sobre a estrutura organizacional das autarquias federais de ensino; analisar como a pasta responsável pela internacionalização está disposta no organograma institucional; conhecer a operacionalização da internacionalização; evidenciar a necessidade de um cargo específico; e sugerir a criação de cargo de carreira.

Com essa análise será possível avançar no conhecimento existente sobre o tema por meio de um panorama estrutural da operacionalização da gestão da internacionalização nas autarquias federais de ensino, bem como sobre o problema de pesquisa proposto. A pertinência e a relevância desse estudo estão na possibilidade de ampliar a discussão e a perspectiva de abordagem da temática.

A importância desse estudo se justifica pela carência de trabalhos e pesquisas sobre a internacionalização de organização educacional desde a perspectiva da gestão institucional.

Essa pesquisa pode contribuir com informações para os gestores visualizarem novas possibilidades para a estrutura e organização da pasta relativa à assessoria internacional da instituição, bem como pode ser útil para estudantes e profissionais com interesse sobre internacionalização, educação, gestão educacional e autarquias federais de ensino.

A presente pesquisa foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica e documental, para contextualização e fundamentação, e aplicação de questionário aos gestores para levantamento de dados organizacionais e operacionais. A motivação para sua realização se justifica, em parte, pela afinidade da temática com a área de atuação profissional e acadêmica da autora, bem como pela oportunidade de ampliar conhecimento e de ser uma introdução para a realização de estudos posteriores e mais aprofundados, além da possibilidade evidenciar um nicho de atuação e de estudos para internacionalistas.

Desde 2014, a autora é servidora pública federal, no cargo de Secretário Executivo da carreira de Técnico-Administrativo em Educação, com atuação na reitoria de duas instituições federais de ensino, porém em atividades alheias à assessoria internacional. Além do Bacharelado em Relações Internacionais, cursou Licenciatura em Letras – Língua Espanhola (UFMS), Especialização em Gestão Educacional (UAB/UFMS), e Mestrado em Educação – Gestão de Organizações Educativas pela Escola Superior de Educação – ESE, do Instituto Politécnico do Porto - IPP/Portugal.

A organização textual deste trabalho apresenta-se dividido em seis capítulos que contemplam: introdução; contextualização sobre as autarquias federais de ensino; estudos e aspectos teóricos e conceituais sobre internacionalização; metodologia; análise e discussão dos resultados; e considerações parciais.

2 AS AUTARQUIAS FEDERAIS DE ENSINO

As autarquias são entes da Administração Pública Indireta, que se caracterizam por possuírem autonomia administrativa, patrimonial e financeira. No caso das autarquias federais de ensino, estas também têm assegurada autonomia didático-pedagógica e disciplinar, conforme disposto no art. 207 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no caso das universidades, e no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 11.892/2008, no caso da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – RFEPCT.

O objeto desse estudo são as 109 autarquias federais de ensino, ou seja, as 67 Universidades Federais - UFs, conforme listado no Apêndice B, e as 42 instituições que constituem a Rede Federal – RFEPCT, conforme listado no Apêndice A, com exceção das Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais.

Esse recorte de instituições também pode ser obtido por meio do Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC¹, ao selecionar os filtros de busca por “Instituição de Ensino Superior”, na categoria administrativa “pública federal” e em organização acadêmica do tipo “institutos federais” e “universidades”.

Conforme dados do Conif (2022a), a Rede Federal conta com mais de 1 milhão de matrículas e cerca de 80 mil servidores e as universidades federais, de acordo com o Painel Universidade 360 (2021), contam com mais de 1,3 milhão de matrículas (graduação e pós-graduação) e aproximadamente 340 mil servidores. Portanto, o recorte institucional da pesquisa abarca cerca de 2,3 milhões de matrículas (alunos) e perto de 420 mil servidores (docentes e técnico-administrativos).

Em termos de dimensionamento, considerando os dados disponibilizados pela Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA sobre população mundial, pode-se observar que o quantitativo de alunos e de servidores das autarquias federais de ensino é superior à população de uma série de países (Butão, Eslovênia, Guiana, Suriname e Timor-Leste, por exemplo) e equivalente a muitos outros (Armênia, Catar, Jamaica e Namíbia, por exemplo). Essa equiparação populacional é relevante para visualizar a potencialidade dessas instituições, bem como as oportunidades em termos de inserção e cooperação internacional.

Esse capítulo se divide em dois tópicos. O primeiro trata sobre a apresentação e contextualização da RFEPCT e o segundo sobre as Universidades Federais.

¹ Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC (<https://emec.mec.gov.br/>).

2.1 A REDE FEDERAL

Parte das instituições que conformam a Rede Federal foi instituída a partir do Decreto Presidencial nº 7.566/1909, que criou dezenove escolas de aprendizes e artífices. Inicialmente, essas instituições constituíram uma rede de escolas agrícolas, as Escolas Agrotécnicas Federais - EAF, com modelo de escola-fazenda. Posteriormente, elas foram transformadas em escolas agrícolas, depois em Centros Federais de Educação Tecnológica – Cefets, que deram base para a instituição do sistema nacional de educação tecnológica.

A partir de 2003, conforme Fernandes (2009), o Governo Lula desencadeou um ambiente de expansão e valorização da educação profissional. Nesse contexto, em 2008, foi realizada uma reorganização na educação profissional, técnica e tecnológica – que foi formalizada pela Lei nº 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – por meio da transformação e ou integração de 31 centros federais de educação tecnológica (Cefets), 75 unidades descentralizadas de ensino (Uneds), 39 escolas agrotécnicas, 7 escolas técnicas federais e 8 escolas vinculadas a universidades.

Conforme o art. 2º da Lei nº 11.892/2008, as instituições que compõem a Rede Federal são equiparadas às universidades federais, elas se caracterizam por serem pluricurriculares e multicampi e sua atuação se dá no âmbito da educação superior, básica e profissional, sendo especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino.

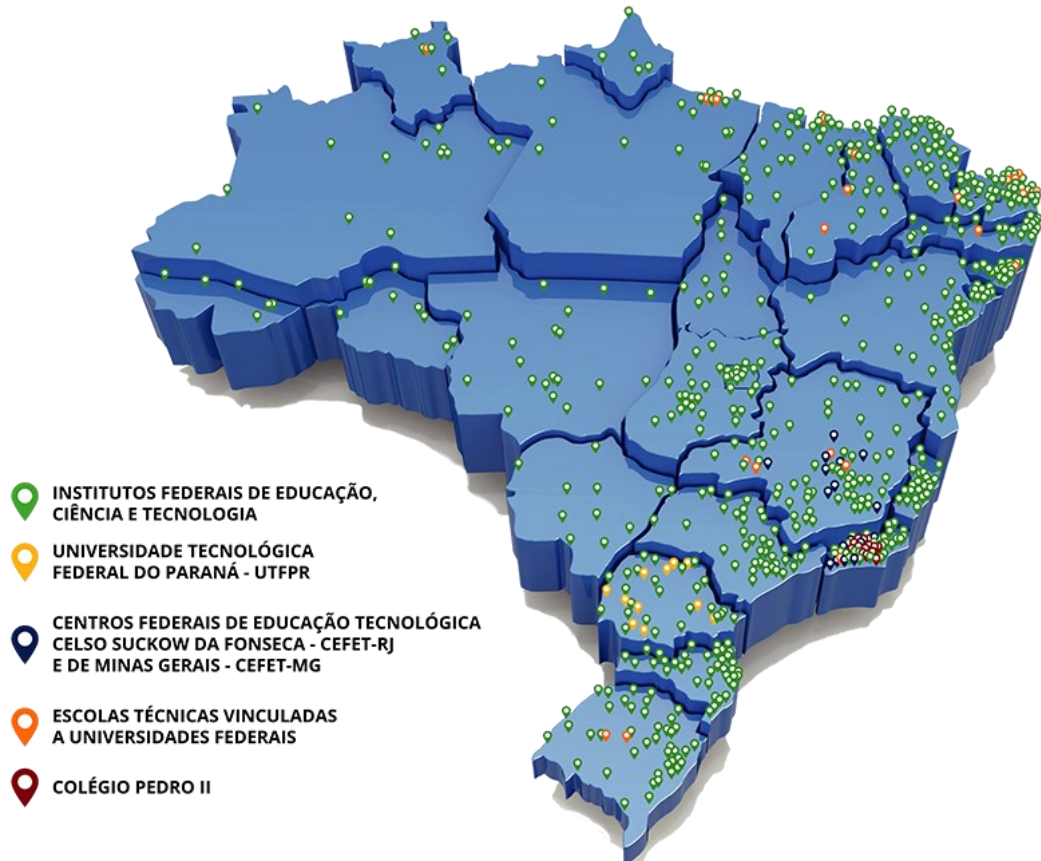
Desde a reorganização, houve um massivo investimento governamental que promoveu e possibilitou a ampliação de abrangência a praticamente todo o território nacional. O projeto de expansão se destacou pela interiorização da educação e de acordo com “dados relativos ao Plano de Expansão da Educação Profissional, disponíveis no *site* da Rede Federal, o Ministério da Educação, de 2003 a 2016, nos governos Lula e Dilma, concretizou a implantação de mais de 500 unidades, totalizando 644” (VIDAL, 2018, p. 35).

Entretanto, considerando as informações constantes no *site* do Ministério da Educação, na aba Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – Setec/Rede Federal:

Em 2021, a Rede Federal está composta por 38 Institutos Federais, 02 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II. Considerando os respectivos *campi* associados a estas instituições federais, tem-se ao todo 678 unidades distribuídas entre as 27 unidades federadas do país.

Abaixo, mapa da Rede Federal que ilustra a distribuição territorial das unidades:

Figura 1 – Mapa da Rede Federal



Fonte: (Ministério da Educação – MEC)

Em 2018, a Rede Federal completou 10 anos e, ao longo desse período, experimentou uma intensa expansão em termos de abrangência de atuação, devido a uma conjuntura político-econômica favorável. Porém, desde 2018, devido ao estabelecido na Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o Novo Regime Fiscal, o orçamento destinado à Educação passou por cortes consecutivos.

Na prática, a EC 95/2016 congelou os gastos/investimentos com saúde e educação por 20 anos. Conseqüentemente, as autarquias federais de ensino enfrentaram uma situação de “vacas magras”, com contingenciamento de gastos, cortes em investimentos e limitações diversas. Com a eleição de 2022 e a mudança de gestão no Executivo Federal, tramita no Congresso Nacional o chamado “arcabouço fiscal”, que institui novas regras fiscais em substituição ao “teto de gastos” instituído pela EC 95/2016, o que poderá aliviar os contingenciamentos aplicados ao orçamento destinado às autarquias federais de ensino.

A RFEPCT possui uma instância nacional para discutir, propor e promover políticas de desenvolvimento. Esta instância é composta pelos representantes máximos de cada instituição (reitor/a). Trata-se do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – Conif.

Conforme informações disponíveis no portal institucional do Conif, o Conselho conta com Fóruns (órgãos de assessoramento às Câmaras Temáticas), que são compostos por um representante de cada instituição responsável pelas ações sistêmicas. Dentre eles, há o Fórum de Relações Internacionais – Forinter, composto pelos Assessores de Relações Internacionais.

No Conif, a internacionalização é compreendida como uma ferramenta de desenvolvimento institucional e de pessoas e um importante mecanismo para incremento da qualidade da educação. É um processo abrangente e contínuo que envolve a cooperação técnica, o aperfeiçoamento da gestão, o estudo de idiomas, bem como a preparação de estudantes e servidores para atuar em cenários multiculturais e inserir-se em uma dinâmica mundial baseada no conhecimento. Além disso, incentiva a difusão das culturas e a prática da solidariedade entre os povos. (CONIF, 2022c).

No tópico 3.3, relativo à Gestão da Internacionalização nos Institutos Federais, será abordado o panorama de internacionalização da Rede Federal, com base em material elaborado pelo Fórum dos Assessores de Relações Internacionais do Conif.

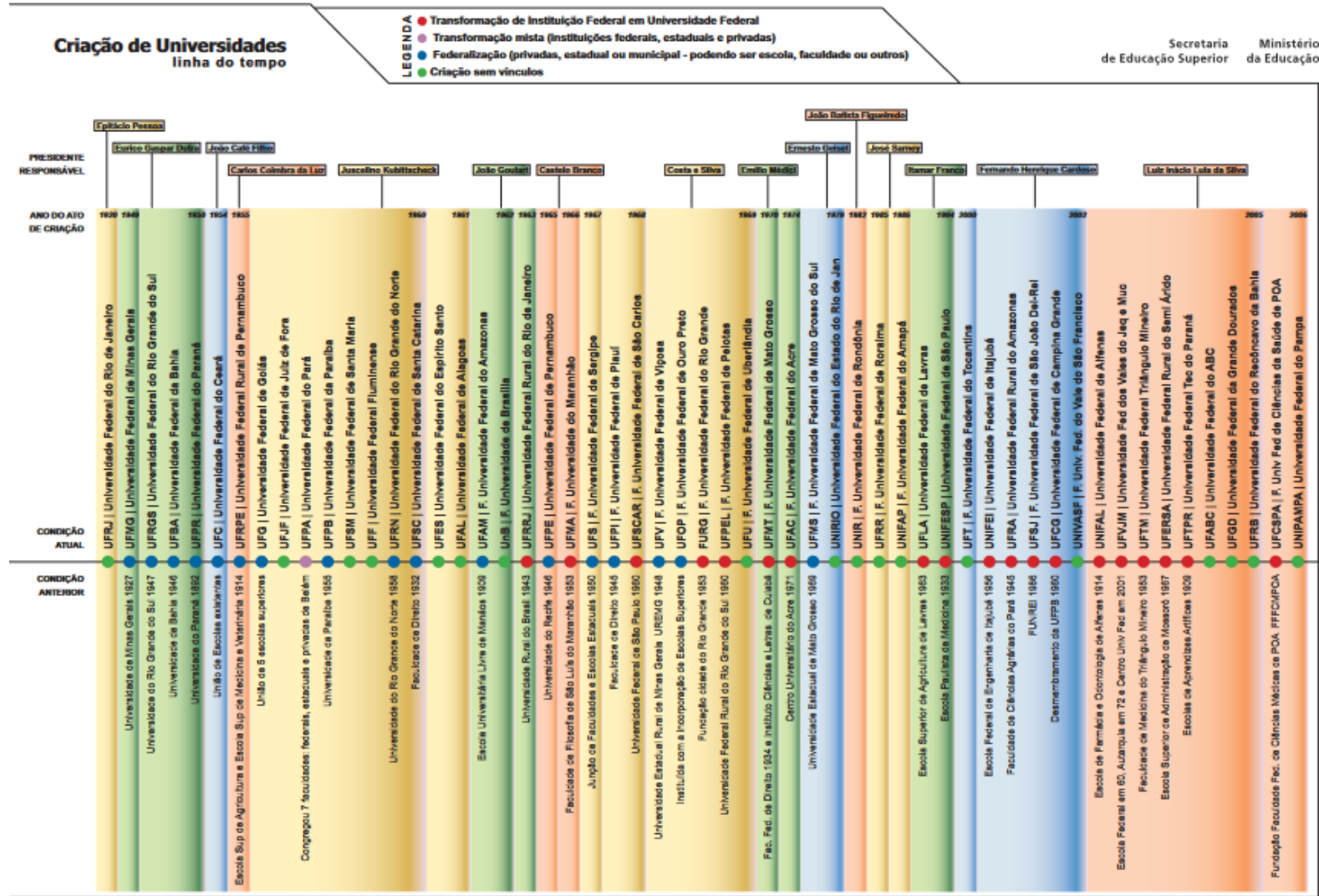
2.2 AS UNIVERSIDADES FEDERAIS

Ao comparar o histórico de criação das universidades brasileiras a de países da Europa e aos demais países da América Latina, por exemplo, percebemos que a criação desse tipo de instituição no país foi bastante tardia, ocorrendo somente em 1920, por meio do Decreto n.º 14.343, com a instituição da Universidade do Rio de Janeiro - URJ, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

Conforme Souza (1996), durante o período colonial as iniciativas de educação superior estavam restritas, basicamente, à formação religiosa e militar e o acesso voltado à elite agrária. Posteriormente, com a vinda da Corte Portuguesa e ao longo do período imperial, as iniciativas relativas à educação superior evoluíram para atender às necessidades do Estado que começava a se constituir.

Conforme se pode observar na Figura 2, que apresenta a linha do tempo da criação das universidades federais, até 1950 o país contava com cinco instituições, sendo uma criada e quatro federalizadas, e até o ano 2000 outras 35 foram instituídas, sendo doze criadas, treze federalizadas e dez transformadas.

Figura 2 – Linha do tempo da criação das universidades federais de 1920 a 2006



Fonte: (Secretaria de Educação Superior – Sesu/MEC)

A linha do tempo referente à criação das Universidades Federais foi elaborada pela Secretaria de Educação Superior – Sesu/MEC e compreende o período de 1920 a 2006, totalizando a instituição de 40 universidades ao longo do século XX, sendo a grande maioria na segunda metade do século, e outras 15 nos primeiros 6 anos do século XXI.

É importante observar que assim como na Rede Federal, as Universidades Federais, a partir de 2003, também iniciaram um processo de reestruturação e expansão, a partir da interiorização dos *campi*. Essas medidas foram formalizadas por meio do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni.

Esse programa, conforme disposto no art. 1º do referido Decreto, tinha como “objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais”.

De acordo com Brasil (2012, p. 11),

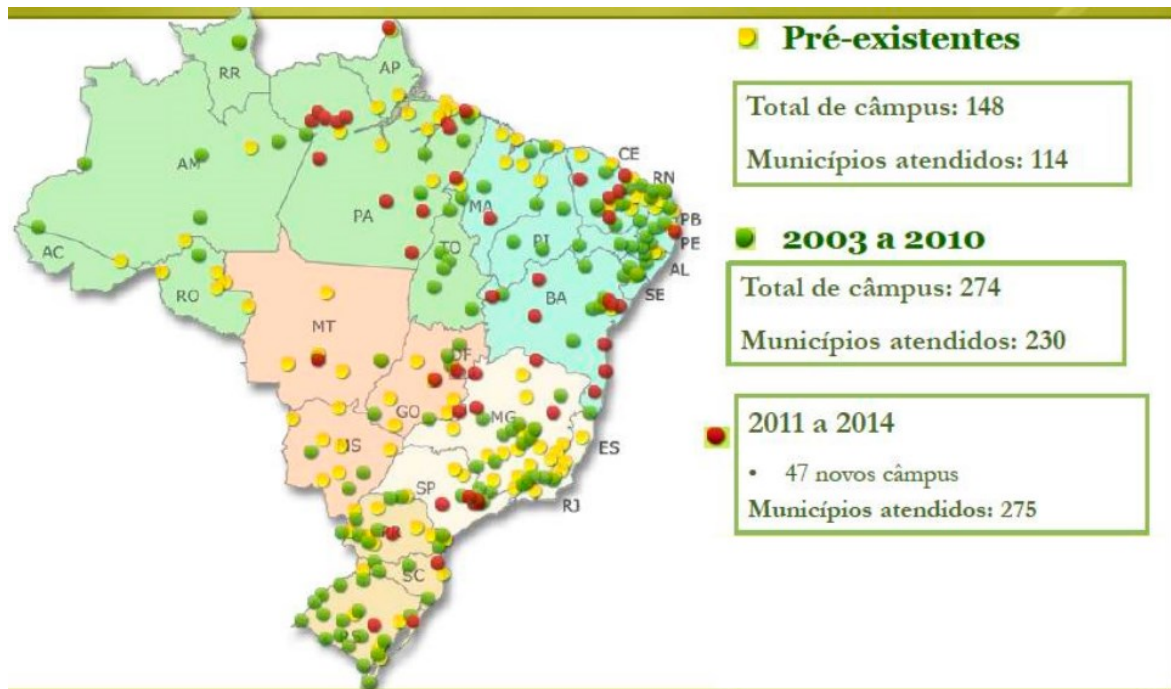
Concomitantemente ao período da interiorização e reestruturação, ocorreu a fase da integração regional e internacional com a criação de quatro universidades: Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), que integra os estados fronteiriços da região Sul do Brasil; Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), que é a universidade da integração amazônica; Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), voltada para todos os países da América Latina; e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), cujo objetivo é a aproximação entre os países falantes da língua portuguesa em outros continentes, como África e Ásia.

Para Peixoto (2010), o movimento do governo brasileiro, por meio do Ministério da Educação, é legítimo e louvável ao criar universidades voltadas à cooperação solidária e horizontal. Essa ação política promove a integração com outros países e povos através da educação, em meio a um “cenário de grandes desigualdades políticas, econômicas, sociais e de produção do conhecimento” (PEIXOTO, 2010, P. 35).

Com o Reuni, houve um expressivo crescimento, tanto na ampliação de unidades como no quantitativo de municípios atendidos. Conforme Brasil (2012), de 2003 a 2010, o número de universidades federais registrou ampliação de 31% (de 45 para 59), as unidades aumentaram 85% (de 148 para 274), e a abrangência, por meio da interiorização, registrou 138% de crescimento (114 para 272 municípios).

A Figura 3 ilustra os dados referentes à expansão e desconcentração das universidades federais, considerando o quantitativo de instituições, de unidades e a abrangência territorial.

Figura 3 – Expansão e desconcentração das universidades federais



Fonte: (Ministério da Educação – MEC *apud* Memorial da Democracia)

As universidades federais também possuem uma instância de representação nacional, trata-se da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes. Conforme informações disponíveis no portal, a Andifes foi criada em 1989 e atua na interlocução com o governo federal, com as associações de professores, de técnico-administrativos, de estudantes e com a sociedade em geral.

No âmbito da internacionalização, a Andifes conta com uma Comissão Temática de assessoramento sobre Relações Internacionais e com um Conselho de Gestores de Relações Internacionais das Ifes – CGRIFES. Segundo informações disponíveis na página institucional, CGRIFES foi criado em de 2011, com a finalidade de regulamentar a organização e o funcionamento do Conselho junto à Andifes.

Ademais, há a Rede Andifes Nacional de Especialistas em Língua Estrangeira - Idiomas Sem Fronteiras - Rede Andifes-IsF. De acordo com informações disponíveis no *site*, está voltada ao desenvolvimento de políticas linguística e atua em consonância com as políticas de internacionalização das Ifes credenciadas e com as políticas governamentais que elas se vincularem.

Também é importante mencionar a Associação Brasileira de Educação Internacional – Faubai. Conforme informações disponíveis no portal, foi criada em 1988 e está composta por gestores de assuntos internacionais de instituições de ensino superior, públicas e privadas, do

Brasil. A associação conta com mais de 200 instituições associadas (a UFSM consta na lista de associados) e tem como finalidade atuar no processo de internacionalização das instituições, na promoção da educação brasileira no exterior e na integração e capacitação de seus associados.

Nos últimos anos, assim como as instituições que compõe a Rede Federal, as 67 universidades federais têm enfrentado um contexto de contingenciamento e de corte de orçamento devido aos efeitos da EC 95/2016, em parte, e à política governamental. Porém, com a mudança de governo, em 2023, há expectativa na retomada dos investimentos em educação, especialmente a pública.

3 INTERNACIONALIZAÇÃO

Ao tratar sobre o tema internacionalização, logo se tem em mente o intercâmbio. Quando esse tema está relacionado ao contexto educacional, automaticamente visualizamos estudantes em mobilidade acadêmica em outros países. Porém, conforme Pereira e Heinzle (2015), a internacionalização, por ser um fenômeno multidimensional, não possui uma definição única, mas pode ser entendida como:

criação de relações baseadas no conhecimento mútuo de aspectos constituintes do contexto social, educacional, cultural, político, geográfico, econômico e de língua, com responsabilidades assumidas pelas universidades e por programas nacionais e internacionais e tem a ideia de integração em dimensão intercultural no ensino, pesquisa e serviços. (PEREIRA; HEINZLE, 2015, p. 15).

A temática da internacionalização na educação é um campo fértil e de muitas possibilidades de enfoque. Conforme pautado no *podcast* Educação Federal da Rádio Senado, do Senado Federal, o Brasil é o penúltimo colocado entre 18 países selecionados em um estudo sobre competitividade internacional e a internacionalização da educação pode aumentar a competitividade brasileira.

De acordo com a entrevistada no *podcast*, doutoranda em educação Carla Cassol, a formação deve preparar os estudantes para atuarem como cidadãos globais. Também destacou a necessidade de desmistificar a internacionalização como mobilidade acadêmica e intercâmbio, mas orientar o entendimento pela perspectiva internacional e pelas competências interculturais, a começar pela capacitação de professores e pela internacionalização do currículo.

Esse capítulo se desenvolve por meio de cinco tópicos que contemplam: aspectos teóricos e conceituais, estudos sobre internacionalização, a gestão da internacionalização na Rede Federal, a gestão da internacionalização nas Universidades Federais e a institucionalização da internacionalização.

3.1 ASPECTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS

Para Morosini (2006), o conceito de internacionalização da educação superior é complexo, devido à diversidade de termos relacionados e as diversas fases de desenvolvimento. Bartell *apud* Morosini (2006) conceitua a internacionalização como trocas internacionais relacionadas à educação e Marginson e Rhoades *apud* Morosini (2006) conceituam como a

globalização do ensino superior, o desenvolvimento do aumento de sistemas educacionais integrados e as relações universitárias além da nação.

Outra concepção parte de uma distinção com transnacionalização, onde a internacionalização é compreendida como um “processo de integrar a dimensão internacional às funções de docência, pesquisa e serviços que instituições de educação superior desempenham e seu uso está mais estritamente relacionado com o valor acadêmico das atividades internacionais do que com uma motivação econômica” (PEIXOTO, 2010, p. 32). Enquanto a transnacionalização é associada aos conceitos de liberalização e mundialização, que têm a noção de educação como bem global e com caráter comercial.

Nessa concepção, a internacionalização é entendida a partir da perspectiva da cooperação internacional, de forma horizontal e solidária, com base no “diálogo intercultural e no respeito à identidade dos países participantes” (PEIXOTO, 2010, p. 33). Nesse sentido, destaca o papel da regionalização e cita como exemplos o Protocolo de Bolonha e o Mercosul, processos voltados à mobilidade sem barreiras, e observa que na formação de espaços regionais deve haver, entre outras ações combinadas, respeito ao conhecimento local.

Conforme Stallivieri (2004), ao longo do tempo a ideia de cooperação passou diferentes conotações, considerando o contexto da ciência política e das relações internacionais. Passando do termo “aliança” – utilizado desde os gregos até a Segunda Guerra Mundial com o sentido de manter a integridade dos povos, para sobreviver e de evitar a guerra – para “cooperação”, que remete a trabalhar conjuntamente e pressupõe respeito à existência do outro.

A participação de atores subnacionais no cenário internacional não é fenômeno recente, mas o reconhecimento desses atores no campo das relações internacionais é recente e remete ao reordenamento do Sistema Internacional no pós-Guerra Fria e à intensificação da globalização. Conforme Junqueira (2018), há uma série de termos para designar a atuação desses novos atores, dentre eles: paradiplomacia, microdiplomacia, diplomacia das cidades, diplomacia subnacional, diplomacia transfronteiriça, diplomacia local, diplomacia de multiníveis, protodiplomacia, cooperação descentralizada, entre outras.

Este trabalho não tem o objetivo nem a pretensão de aprofundar o debate terminológico, porém o refere para situar o tema e contextualizar sobre sua diversidade. Para um melhor entendimento sobre essa questão, Junqueira (2018) apresenta um recorte bibliográfico sobre o surgimento e a evolução conceitual do termo “paradiplomacia” e das demais nomenclaturas sob a perspectiva das relações internacionais.

Conforme Junqueira (2018), há casos em que a atuação subnacional internacional se caracteriza pelo conflito e oposição ao Estado nacional, mas que no Brasil o que se evidencia

são ações de cooperação. Ademais, observa que a variação na terminologia está relacionada a seu contexto de aplicação e que por se tratar de um novo conceito suscita debate devido aos diferentes entendimentos.

3.2 ESTUDOS SOBRE INTERNACIONALIZAÇÃO

No Brasil, dentre os estudos relativos à temática, é frequente encontrarmos referência às publicações de Marília Costa Morosini, Luciane Stallivieri e Manolita Correia Lima, que além da temática de pesquisa, compartilham o campo educacional como área de estudos e de atuação, especialmente, sobre a internacionalização da Educação Superior e a cooperação e mobilidade acadêmica internacional.

Stallivieri (2004), com base em estudos de Christophe Charle e Jacques Verger, observa que o caráter internacional das universidades está presente desde a criação das primeiras instituições na Europa, na Idade Média. Esses ambientes contavam com docentes e discentes de diferentes regiões e países. A presença de estrangeiros garantia prestígio às instituições, além de congregar uma multiplicidade de visões de mundo, cujo objetivo comum era o conhecimento.

Conforme Morosini (2006), o fortalecimento da internacionalização da educação superior no panorama mundial remonta à década de 90 e ao processo de globalização. Em um estudo desenvolvido sobre o estado do conhecimento sobre internacionalização, Morosini (2006) observa que houve crescimento da produção sobre o tema e, ao longo do tempo, uma alteração de foco, passando de uma abordagem conceitual para a prática.

Inicialmente, os estudos estavam focados no entendimento da relação entre educação e globalização, aos conceitos de internacionalização e globalização e, posteriormente, passaram a tratar sobre estratégias de internacionalização. Além disso, observou uma tendência de enfoque para os currículos internacionalizados e aos voltados ao *business*. Em relação ao cenário nacional, pontuou que os estudos são tímidos e iniciais e destaca a necessidade de avançar.

Também abordou discussões relacionadas à globalização, às políticas neoliberais, à transformação do papel do Estado e a tendência desse contexto categorizar a educação como serviço. Para Morosini (2006), considerando a concentração em poucos países do hemisfério norte e a perspectiva mercadológica, o Brasil tem potencialidade de se tornar um significativo consumidor de serviços educacionais.

Dentre as referências utilizadas por Morosini (2006), estão os estudos de Roger Dale, que trata sobre a relação das políticas educacionais com uma agenda globalmente estruturada, e de Philip Altbach, sobre a atuação de corporações multinacionais e de grandes universidades como novos neocolonialistas. Esses dois autores de língua inglesa são frequentes como referência em estudos sobre educação e internacionalização.

Outra referência internacional frequente é a de Abdeljalil Akkari. No livro *Internacionalização das Políticas Educacionais: Transformações e desafios*, de 2011, partindo do entendimento de política educacional como “um conjunto de decisões tomadas antecipadamente, para indicar as expectativas e orientações da sociedade em relação à escola. Uma política educacional visa assegurar a adequação entre as necessidades sociais de Educação e os serviços prestados pelos sistemas educacionais” (AKKARI, 2011, p. 12), aborda, entre outros temas, a influência das organizações internacionais nas políticas educacionais, a pressão para privatização da educação, e os padrões educacionais, avaliação e reformas curriculares.

Embora as políticas educacionais sejam elaboradas e discutidas nacionalmente, conforme Akkari (2011), nas últimas décadas as políticas educacionais têm passado por um processo de internacionalização, nos diversos níveis, por meio de orientações elaboradas por organismos internacionais, tais como: “o Programa Internacional para Avaliação dos Estudantes - Pisa da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - Ocde, podemos verificar que os países participam cada vez mais e tiram lições relacionadas aos desempenhos relativos de seus sistemas educacionais” (AKKARI, 2011, p. 9).

Ao tratar sobre as organizações internacionais como um novo ator internacional, Akkari (2011) reconhece a visão humanista da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco e os esforços para escolarização e alfabetização. Entretanto, observa que a partir da década de 80 a liderança da Unesco no cenário educacional passou gradativamente ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional - FMI, especialmente nos países em desenvolvimento.

Peixoto (2010), ao analisar a educação no cenário mundial, pontua que o debate sobre a função social da educação e da universidade como bem público não tem recebido a atenção que merecem. Ao longo do texto, reflete sobre a viabilidade do princípio da educação como bem público e sobre as implicações que o processo de internacionalização traz para a educação superior do país, pautando os processos de privatização e mercantilização.

O livro *Internacionalização na Educação Superior: Políticas, Integração e Mobilidade Acadêmica*, organizado por Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira e Marcia Regina Selva Heinzle, publicado em 2015, apresenta 20 artigos subdivididos em três partes que abordam:

Educação Superior e o Contexto da Internacionalização, Educação Comparada: Especificidades na Educação Superior, e Mobilidade Acadêmica: Experiências, Culturas e Aprendizagens.

Pereira e Heinzle (2015) pontuam que o fenômeno da internacionalização da educação superior existe desde os primórdios da universidade, mas que nos últimos 30 anos se renovou e ampliou sua dimensão e que ela precisa ser debatida, especialmente sobre sua abrangência. Também refletem sobre as mudanças decorrentes da globalização e sobre a necessidade de tornar a internacionalização um aspecto constitutivo da formação.

No prefácio, Luciane Stallivieri salienta a relevância da obra, considerando que no Brasil existem poucas publicações sobre o tema, embora o país seja um dos mais importantes atores no cenário da educação mundial. Pondera sobre as mudanças ocorridas no mundo e considera que a internacionalização está em uma nova fase, sendo: a primeira caracterizada por ações esporádicas e assimétricas, com poucos atores e atividades isoladas nas instituições; a segunda, sistemática e com participação institucional; e a terceira voltada ao bom gerenciamento dos acordos.

Dentre os artigos que compõem este livro, destaco o do capítulo 1, de autoria de Mário Luiz Neves de Azevedo, que apresenta análise sobre a internacionalização, interpretada como solidária e intercultural, e a transnacionalização, como mercadorização ou mercantilização da educação, demonstrando, por meio de dados e da teoria dos campos sociais, que a “contradição reside na correlação de forças no campo de poder nacional e internacional” (AZEVEDO, 2015, p. 40).

Manolita Corria Lima e Fábio Betioli Contel em seu livro *Internacionalização da Educação Superior: Nações ativas, nações passivas e a geopolítica do conhecimento*, publicado em 2011, também realizam suas análises a partir de aspectos relativos à educação transnacional, na qual alguns países atuam como exportadores e outros como importadores, considerando a desigualdade entre países centrais e periféricos na constituição da geopolítica do conhecimento. A obra é bastante extensa e está subdividida em doze capítulos que, além apresentar aspectos históricos e conceituais, analisam a internacionalização da educação superior no Brasil, Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, França, Austrália, Canadá e Chile.

De acordo com Lima e Contel (2011), a internacionalização em países periféricos ou semiperiféricos apresenta caráter majoritariamente passivo e ocorre por meio do envio de divisas e cérebros para países do centro capitalista mundial. Essa relação demonstra o papel protagonista de algumas nações e de subordinação de outras, o que reforça o histórico de desequilíbrio norte-sul. Nesse contexto, o conceito de “geopolítica do conhecimento” foi desenvolvido considerando a dimensão estratégica que a informação e o conhecimento

representam no contexto atual, bem como sobre a desigualdade geográfica relativa à produção e difusão do conhecimento.

Para Lima e Contel (2011), o processo de internacionalização do sistema brasileiro de educação superior se iniciou de forma induzida para atender prioridades estabelecidas pelo Estado, por meio de ações do Governo Federal junto às instituições, de forma centralizada e regulamentada. Conforme os autores, inicialmente o processo estava voltado ao fortalecimento das jovens universidades e, posteriormente, ao fortalecimento da pós-graduação *stricto-sensu*.

Segundo Lima e Contel (2011), o Brasil e suas instituições têm possibilidades de desenvolver processos de internacionalização baseados na cooperação se prestigiar a solidariedade acadêmica alinhada à promoção da integração Sul-Sul, por meio de políticas universitárias que promovam:

- a) o mútuo acolhimento de estudantes de graduação e pós-graduação, de professores e pesquisadores; b) o desenho conjunto de cursos que possam expedir diplomas compartilhados; c) a formação de grupos multinacionais de pesquisa capazes de incrementar a produção e difusão de conhecimento socialmente interessado, de forma colaborativa; d) o estabelecimento de acordos acerca do registro de patentes, entre outras iniciativas. (LIMA; CONTEL, 2011, p. 220).

Cabe observar que o termo “Sul”, constante na expressão “Sul-Sul”, não se refere a aspectos geográficos, mas econômicos e está relacionada aos países em desenvolvimento. Outra obra que traz contribuições importantes e recomendações é o livro *Estratégias de internacionalização das universidades brasileiras*, publicado em 2004, e de autoria de Luciana Stallivieri. A obra está composta por quatro capítulos que tratam sobre: cooperação internacional, modalidades de cooperação acadêmica internacionais, a Universidade de Caxias do Sul, e a cooperação internacional e a Universidade de Caxias do Sul.

Como se pode observar, para o desenvolvimento da pesquisa a autora realizou um estudo de caso em uma instituição. Stallivieri (2004) destaca que em meio a um contexto de acelerada internacionalização nas últimas décadas, especialmente nos campos científico e tecnológico, as universidades têm buscado seu espaço. Ademais, salienta que internacionalizar deixou de ser um luxo institucional e passou a ser uma questão de sobrevivência.

Conforme a autora, internacionalização pressupõe cooperação, especialmente a interinstitucional, bem como a superação de certos entraves, tais como: “ausência de sensibilidade da comunidade acadêmica, atitudes passivas por parte do corpo docente e discente, inexistência de estratégias claras, barreiras linguísticas, distanciamento geoes educacional” (STALLIVIERI, 2004, p. 17).

Dentre as estratégias de internacionalização apresentadas por Stallivieri (2004), a partir da observação de grandes universidades estrangeiras e nacionais e das recomendações da Unesco, foram destacadas e sintetizadas as seguintes: criar uma política de internacionalização; fomentar a participação da comunidade acadêmica em intercâmbios; inserção em redes de cooperação; participação em projetos; captação de recursos; participação em eventos e reuniões; oferta de títulos conjuntos; e formação de recursos humanos.

Ao longo da pesquisa bibliográfica, além dos estudos apresentados, também foi encontrado uma série de publicações realizadas nos últimos anos que apresentam estudos de caso sobre o processo de internacionalização de uma instituição específica ou analisando um programa institucional ou governamental para inserção internacional, e tantos outros estudos sobre as formas de mobilidade acadêmica, questões linguísticas, entre outros temas. Entretanto, essas publicações não foram referidas devido à falta de aderência aos objetivos dessa pesquisa.

Embora a bibliografia trabalhada seja voltada a questões do ensino superior e às universidades, não há prejuízo para embasamento dessa pesquisa, considerando que os Institutos Federais são legalmente equiparados às universidades federais e para unificar o grupo de instituições se optou pela identificação como autarquias federais de ensino.

Por fim, considerando as pesquisas desenvolvidas no Brasil, é importante registrar a presença frequente de pesquisadores das áreas da Educação, Letras e Gestão nos principais estudos realizados sobre internacionalização no âmbito educacional e a ausência de pesquisadores do campo das Relações Internacionais.

3.3 A GESTÃO DA INTERNACIONALIZAÇÃO NA REDE FEDERAL

Neste tópico será abordada a gestão da internacionalização na Rede Federal tendo como referência relatório que o Conif, por meio do Fórum de Assessores de Relações Internacionais – Forinter, organizou acerca do processo de internacionalização da Rede, sob o título de Panorama da Internacionalização (editado nos anos de 2016, 2019 e 2021), com o objetivo de coletar informações para subsidiar as ações do Conselho.

Neste trabalho foram analisadas as edições de 2019 e 2021, nas quais foi possível observar que a edição de 2021 é, basicamente, uma revisão da anterior. Assim, será apresentada a edição de 2019 e serão referidas as alterações relevantes que constam na edição de 2021, considerando também que o número de respondentes em 2019 foi mais significativo.

Importante observar que, na introdução, o relatório apresenta um conceito de internacionalização extraído de uma publicação da Comissão da Educação e da Cultura, do Parlamento Europeu, sobre Internacionalização da Educação Superior (de 2015 e sob a autoria

de Hans de Wit, Fiona Hunter, Laura Howard e Eva Egron-Polak), que destaca a intencionalidade do processo, bem como a dimensão internacional, intercultural e global, e o propósito de qualificar a educação e a pesquisa.

Ademais, referem o entendimento de internacionalização constante na Declaração da III Conferência Regional de Educação Superior para América Latina e Caribe - CRES, que apresenta a internacionalização como ferramenta para transformar a educação, por meio da formação assentada na diversidade cultural, no entendimento intercultural, na cultura da paz e na capacidade de transitar entre o local e o mundial. Na edição de 2021, também foram referidos princípios relativos à garantia dos direitos humanos, a emancipação social e a integração regional solidária latino-americana e caribenha.

Em ambas as edições há referência à atuação estratégica do Conif para solidificar a Rede Federal no cenário internacional, sob as seguintes linhas de ação: formação continuada de servidores e gestores; atuação em Organizações e Fóruns Internacionais; apoio e promoção de ações de internacionalização em Rede; editais para promoção do intercâmbio acadêmico e cultural (em 2021 foi incluída a formação de servidores); interlocução com agentes nacionais; ensino de idiomas; e levantamento e sistematização de dados.

Na edição de 2019, no item relativo à formação continuada de servidores e gestores, consta a informação de que o Conif e o Instituto Federal do Paraná - IFPR haviam proposto uma especialização em gestão em relações internacionais, cujo programa piloto foi ofertado na modalidade à distância para todas as instituições da Rede Federal, com atividades iniciadas em 2019 e previstas até 2021. Porém, na edição de 2021 não há qualquer referência ao andamento ou conclusão dessa proposta.

Na linha de ação referente à atuação em Organizações e Fóruns Internacionais, na edição de 2019 constam: Centro Unesco; Organização Universitária Interamericana - OUI; Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI; Colleges and Institutes Canadá - Cican; Federação Mundial de Colleges e Institutos Politécnicos - WFCP; Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos de Portugal - CCISP; e Associação Nacional das Universidades Tecnológicas do México -Anut.

Na edição de 2021, com exceção da Anut, as demais foram mantidas, bem como se observou a inclusão do Espacio Latino-americano e Caribenho de Ensino Superior - Enlaces e da Associação Colombiana de Instituições de Educação Superior com Formação Técnica Profissional, Tecnológica ou Universitária - Aciet.

Na contextualização do relatório há destaque para a capilaridade, potencialidade e diversidade da Rede Federal, bem como o entendimento sobre a importância da atuação coletiva

em iniciativas de internacionalização, além da compreensão de que línguas adicionais são ferramentas essenciais ao processo de internacionalização.

Passando à análise dos dados levantados no Panorama da Internacionalização, observa-se que as informações foram coletadas por meio de formulário encaminhado às instituições que integram o Conif. Na edição de 2019, os dados são relativos aos anos de 2017 e 2018, e contou com 31 respondentes de um total de 41 (a Universidade Tecnológica Federal do Paraná integra a Rede Federal, mas não participa do Conif). A edição de 2021 reporta dados relativos aos anos de 2019 e 2020, e contou com 24 respondentes de um total de 41.

Quanto ao perfil da assessoria, observa-se uma “maioria de servidores docentes atualmente ocupando cargos de gestão relativos à internacionalização” (CONIF, 2021b, p. 7), e que, num geral, o número de servidores é insuficiente para o pleno desempenho das atividades e, conforme Conif (2021b, p. 8), “é comum haver apenas uma pessoa designada para a função”.

Quanto à hierarquia organizacional, a maioria está ligada ao Gabinete do Reitor/a ou à Pró-Reitoria de Extensão e, de acordo com a edição de 2021:

As assessorias, em sua grande maioria, são assumidas como órgãos de apoio e não estão previstas em todos os estatutos e regulamentos, o que pode ser apontado como uma fragilidade para o desenvolvimento de ações de internacionalização dado o perfil estratégico da posição no tocante ao desenvolvimento institucional. (CONIF, 2021b, p. 8).

Outra fragilidade já pontuada, inclusive como justificativa da pesquisa, é a inexistência de cargo de carreira específico, o que resulta em descontinuidade e em rotatividade devido à ocupação do cargo estar relacionada ao período de gestão das reitorias. Ademais, tem a questão do conhecimento técnico, cuja debilidade fica evidenciada em, pelo menos, dois momentos: “no quesito formação, há um equilíbrio entre aqueles que pontuam ter recebido quaisquer capacitações, seja por meio de cursos de curta ou longa duração, e os que não observaram nenhuma formação na área” (CONIF, 2021b, p. 8); e “a maioria dos respondentes afirma não possuir conhecimento pleno sobre ações internacionais implementadas em todos os departamentos e *campi* de sua respectiva instituição” (CONIF, 2021b, p. 9).

Quanto a institucionalização da internacionalização, está prevista no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI de 25 das 31 instituições respondentes, porém menos da metade possui política de internacionalização (14/31). Entretanto, conforme destaca Conif (2021b, p. 8), a “inclusão da temática nos documentos regulatórios da instituição permitirá dentre outras coisas o monitoramento e avaliação das ações, além do estabelecimento de uma estrutura de gestão”.

Relativo à questão orçamentária, na edição de 2021, consta que a maioria informou não dispor de recurso específico para as ações de internacionalização. Quanto as prioridades e parceiros institucionais, observa-se, em ambas as edições, uma predominância de países do norte global, com destaque para Portugal. Neste item, foram apontados, dentre outros, desafios relacionados à falta de proficiência em língua estrangeiras; recursos orçamentários; e dificuldades administrativas ou burocráticas.

No item sobre mobilidade e intercâmbio, a edição de 2021 apresenta uma diferenciação conceitual entre os termos, onde mobilidade acadêmica refere-se à possibilidade do discente estudar em outra instituição, enquanto intercâmbio refere-se “à troca de relações científicas e culturais, que envolvem ações pontuais e ou específicas entre instituições” (CONIF, 2021b, p. 14). Nos dados relativos à mobilidade, foi registrada a saída de 660 estudantes, 300 docentes, e 45 Técnicos, conforme edição de 2021.

Sobre a política institucional para o ensino de idiomas: 19 possuem, 21 aplicam testes de proficiência e, conforme edição de 2021, os sites dos IFs não estão disponíveis em outros idiomas. Com relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS: 21 conhecem a agenda e 14 possuem PDI alinhado aos ODS. De forma sintética, é o que apresenta o relatório do Forinter/Conif sobre a internacionalização na Rede Federal.

3.4 A GESTÃO DA INTERNACIONALIZAÇÃO NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

Neste tópico, diferentemente do anterior, a análise será realizada com base no artigo do elaborado por Fernanda Geremias Leal, Rafaela Ribeiro Céspedes e Luciane Stallivieri sobre o perfil do gestor universitário de cooperação internacional nas universidades federais brasileiras. A alteração se deve ao fato de não ter sido localizado publicação equivalente e de o referido artigo apresentar dados pertinentes e relacionados.

Leal, Céspedes e Stallivieri (2017) destacam que são raros os estudos sobre a gestão da internacionalização no âmbito das instituições acadêmicas. A pesquisa abrangeu 46 instituições e se desenvolveu metodologicamente por meio de análise documental nos portais institucionais dos setores de relações internacionais.

Sobre o posicionamento do setor na estrutura organizacional, o estudo demonstrou que a maioria está alocada como coordenação ou assessoria e que estruturas de maior hierárquica, como pró-reitoria ou superintendência, são mais raras. As autoras ponderam que o posicionamento na estrutura organizacional evidencia o grau de prioridade da pasta na agenda institucional.

Quanto as atividades desenvolvidas, a mais comum entre as instituições pesquisada está relacionada à gestão da mobilidade estudantil. Acerca da composição das equipes, o quantitativo médio de pessoas era de cinco ou seis e os cargos técnicos mais frequentes eram: assistente em administração, tradutor /intérprete e secretário-executivo. As autoras pontuam que, apesar das particularidades, o panorama relativo à estrutura é positivo, pois demonstra reconhecimento e preocupação com o processo. Ademais, destacaram que é essencial capacitar o corpo técnico.

Com relação ao perfil do gestor, os dados indicaram que a grande maioria (97,82%) pertencia à carreira docente, com formação em diferentes áreas do conhecimento (destaque para a grande área Letras/Linguística), e a maioria já tinha vivenciado experiências de trabalho ou estudo no exterior.

Leal, Céspedes e Stallivieri (2017) observaram que, de modo geral, o trabalho de gestão era realizado em paralelo a outras atividades ou funções e que tempo de atuação, normalmente, coincidia com a duração do mandato do reitor(a), ou seja, de quatro a oito anos, em caso de reeleição. Para as autoras, essa dinâmica pode descontinuar políticas institucionais e estratégias em andamento.

Em resumo, o perfil do gestor de relações internacionais na universidade federais brasileiras se caracteriza pela atuação de servidores da carreira docente, rotatividade na função, acúmulo de cargos e funções, e formação em área diversa à internacionalização.

3.5 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA INTERNACIONALIZAÇÃO

Diante da necessidade de tratar questões internacionais, muitas organizações, públicas e privadas, têm institucionalizado a internacionalização por meio da criação de pasta específica na estrutura organizacional (organograma), regulamentação institucional e criação de cargo específico. Como exemplo, podemos citar a Prefeitura de Foz do Iguaçu que recentemente anunciou a realização de concurso e, dentre os cargos ofertados, constava o de Analista de Relações Internacionais.

A existência de vaga em concurso público específica para profissionais formados em relações internacionais é uma novidade. Por ser um órgão público, há um trâmite burocrático que deve ser seguido para que um cargo exista e para que alguém o ocupe. De modo simplificado, primeiramente, é necessário que o cargo seja criado e, para isso, um projeto de lei deve ser apresentado para apreciação da casa legislativa da esfera de poder a que se destina.

Com a aprovação do projeto de lei, após a sanção da autoridade competente, o cargo passa a existir.

Em abril de 2022, a Câmara Municipal de Foz do Iguaçu protocolou o Projeto de Lei nº 55/2022², encaminhado pelo Executivo Municipal, que resultou na Lei nº 5.103, de 9 de maio de 2022, que criou o cargo de Analista de Relações Internacionais na Prefeitura de Foz do Iguaçu.

É importante observar o texto da Mensagem nº 32/2022, juntada ao Projeto de Lei, onde consta a justificativa para a criação do cargo: “este é um passo importante para ampliar as ações da Diretoria de Assuntos Internacionais, subordinada ao Gabinete do Prefeito, que visa aumentar a capacidade do Governo Municipal de construir e consolidar relações com outros países, reforçando uma característica natural do Município de cidade fronteira e internacionalista”.

Nos municípios a institucionalização da internacionalização, conforme Junqueira (2015), iniciou nos anos 90, por meio da criação de Secretarias Municipais de Relações Internacionais. Dentre as prefeituras pioneiras, citou Rio de Janeiro e Porto Alegre, impulsionadas pela realização de grandes eventos como a Eco 92 e o Fórum Social Mundial. Segundo dados de sua pesquisa, a maioria das secretarias existentes foram criadas nos anos 2000, com destaque para o ano de 2005, quando um percentual significativo de municípios criou setores voltados ao atendimento de questões internacionais.

Junqueira (2015) destaca Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo, Guarulhos e Belo Horizonte como consolidados e referência para institucionalização, embora observe que mesmo casos consolidados possuem precariedade estrutural relacionadas a fatores como descontinuidade de ações, orçamento e pessoal especializado. Ao comparar o quantitativo de municípios brasileiros (cerca de 5.000), poderá que a existência de setor dedicado às relações internacionais ainda é incipiente e realidade em um número reduzido de municípios.

O Município de Foz de Iguaçu, ente subnacional, motivado pelas relações fronteiriças e atento às dinâmicas globais, além de institucionalizar as demandas relativas à internacionalização, está viabilizando sua estruturação, continuidade e consolidação, com corpo técnico especializado, por meio da criação da criação de cargo de carreira específico. No caso das autarquias federais de ensino, apesar de possuírem autonomia administrativa, a criação de cargos não está entre suas competências, pois ocorre por meio de lei.

² Pode ser acessado no portal institucional da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, por meio do link <https://www.fozdoiguacu.pr.leg.br/processo-legislativo/materias-legislativas> e realizar a pesquisa identificando o tipo de matéria legislativa (Projeto de Lei), número (55) e ano da matéria (2022).

4 METODOLOGIA

Este trabalho se orienta metodologicamente pelos Fundamentos de Metodologia Científica de Eva Maria Lakatos e Marina de Andrade Marconi e no Manual de Dissertações e Teses da Universidade Federal de Santa Maria - MDT/UFSM, que estabelece um padrão institucional para a apresentação documental de trabalhos acadêmicos e visa a manutenção da identidade institucional.

O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, de acordo com Lakatos e Marconi (2017, p. 260), é um tipo de monografia “que não precisa ser muito extenso nem muito específico”, já para a UFSM (2021, p.14), “constitui um documento que representa um estudo científico de cunho investigativo de natureza básica ou aplicada”.

Assim, como trabalho científico, deve ser elaborado de acordo com normas preestabelecidas, bem como “contribuir não só para a ampliação de conhecimentos, ou a compreensão de certos problemas, mas também servir de modelo ou oferecer subsídios para outros trabalhos” (LAKATOS; MARCONI, 2017, p. 257).

Para a definição do tema, considerou-se as quatro regras óbvias de Eco (2019, p. 7): interesse pessoal; fontes acessíveis; fontes manejáveis; e quadro metodológico ao alcance da experiência do autor. A referência a estas regras é relevante, pois a realização desse trabalho tardou quase oito anos, motivado por diversas questões pessoais e também por muita indefinição quanto ao tema, problema e objetivos a seguir. Durante esse período, o tema foi alterado algumas vezes, conforme interesse e conjuntura, bem como também houve mudança de orientador/a.

Desta forma, considerando as condições e possibilidades deste momento e seguindo o que propõe Eco (2019), buscou-se apresentar um trabalho digno e se utilizar dessa ocasião para a elaboração crítica a fim de recuperar o sentido positivo e progressivo do estudo, contemplando o percurso tanto quanto o destino final.

O tema de pesquisa trata sobre a gestão da internacionalização em instituições educacionais, sustentando-se nas áreas temáticas da gestão educacional e das relações internacionais. O problema de pesquisa se orienta pela seguinte questão norteadora: Qual é o panorama estrutural da gestão da internacionalização nas autarquias federais de ensino?

O objetivo geral é analisar a gestão da internacionalização nas autarquias federais de ensino. Os objetivos específicos são: pesquisar a estrutura organizacional; analisar como a pasta responsável pela internacionalização está disposta no organograma institucional; conhecer a operacionalização da internacionalização; evidenciar a necessidade de cargo específico no

quadro de pessoal; e sugerir a criação de cargo de carreira, considerando que as instituições objeto da pesquisa não contam com cargo de carreira específico.

Os sujeitos da pesquisa são as autarquias federais de ensino, ou seja, as Universidades Federais - UFs e as instituições que constituem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – RFEPC, com exceção das Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, totalizando um universo de 109 instituições (67 UFs e 42 instituições da RFEPC).

Inicialmente, para contextualização temática, o trabalho se orientou pela técnica de pesquisa de documentação indireta, por meio da pesquisa documental e bibliográfica, cuja “finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto” (LAKATOS; MARCONI, 2017, p. 200). A pesquisa documental foi realizada nos portais institucionais dos sujeitos da pesquisa, documentos institucionais, e atos normativos. A pesquisa bibliográfica foi realizada sobre os temas correlatos ao tema da pesquisa.

Posteriormente, para o levantamento de dados, foi utilizada a técnica de pesquisa de observação direta extensiva, por meio da elaboração e aplicação de questionário direcionado aos gestores dos setores de relações internacionais das instituições. Conforme Lakatos e Marconi (2017, p. 219), este instrumento de coleta de dados é “constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”.

O questionário foi elaborado em formulário eletrônico para ser enviado por *e-mail*, com tempo médio para resposta inferior a 10 minutos. O formulário possuía 37 questões fechadas (incluindo a de aceite) e estava dividido em 8 seções, sendo:

- Seção 1: convite para participar, informando o título e o período de respostas.
- Seção 2: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, constando informações para contato e termo de consentimento (caso o participante aceite, passará para as demais seções, mas se não aceitar o formulário será finalizado).
- Seção 3: possui 3 questões voltadas à caracterização do respondente.
- Seção 4: possui 4 questões voltadas à caracterização da instituição.
- Seção 5: possui 12 questões sobre a estrutura organizacional.
- Seção 6: possui 8 questões relativas às considerações do respondente sobre a estrutura organizacional.
- Seção 7: possui 9 questões sobre a operacionalização das atividades.
- Seção 8: finalização do questionário, agradecimento pela participação e envio.

Segundo Lakatos e Marconi (2017), essa técnica de coleta de dados, assim como as demais, possui vantagens e desvantagens. Dentre as vantagens está a economia de tempo e viagens, abrangência geográfica mais ampla, maior número de participantes simultaneamente e obtenção de respostas rápidas e precisas. Dentre as desvantagens está o baixo percentual de devolução (cerca de 25%), perguntas não respondidas e dificuldade de compreensão.

Para tentar superar o baixo percentual de respostas, buscou-se observar fatores que exercem influência na colaboração dos respondentes, tais como: convite, apresentação atrativa do formulário, pouco extenso, facilidade de resposta e devolução. Ademais, será realizado contato prévio ao envio do formulário com os respondentes, conforme contatos pesquisados e listados no Apêndice C.

Cabe observar que a elaboração da listagem de contatos e responsáveis, constante no Apêndice C, foi um pouco mais complexa que o esperado, em parte, devido à falta de disponibilização e atualização de informações nos portais. Ademais, nem todos os contatos via *e-mail* ou telefone resultaram frutíferos e algumas instituições ficaram com essas informações incompletas.

Para evitar que as devoluções ocorram de forma incompleta, com questões não respondidas, todas as perguntas foram configuradas para resposta obrigatória. Assim, o formulário notifica o respondente, caso alguma pergunta tenha ficado sem resposta.

O questionário foi enviado para avaliação do orientador em 11 de maio de 2023, com a pretensão de realizar sua aplicação entre os dias 24 de maio e 07 de junho, porém o retorno (sem alterações) e autorização do orientador ocorreram em 15 de junho, dia em que de fato se iniciou aplicação, com previsão de término no dia 21 de junho, prorrogado até 24 de junho para ampliação do índice de retorno dos respondentes.

O formulário eletrônico foi enviado ao *e-mail* institucional do setor responsável pela internacionalização. Das 109 instituições, foi identificada alguma estrutura e institucionalização da internacionalização em 108, por meio de levantamento de informações nos portais institucionais e por contato via *e-mail* ou telefone em casos que necessitava confirmar ou complementar alguma informação.

Durante o período de aplicação, foram encaminhados dois *e-mails*: um para lembrete no dia anterior ao prazo estabelecido e outro, após decorrido o primeiro prazo previsto, prorrogando. Nesse período, um número significativo de participantes, que respondeu o questionário, respondeu o *e-mail* de encaminhamento parabenizando pela realização da pesquisa. Isso foi, de certa forma, motivador. Por fim, o formulário recebeu 32 respostas, o que representa uma amostra de cerca de 30% do universo da pesquisa.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

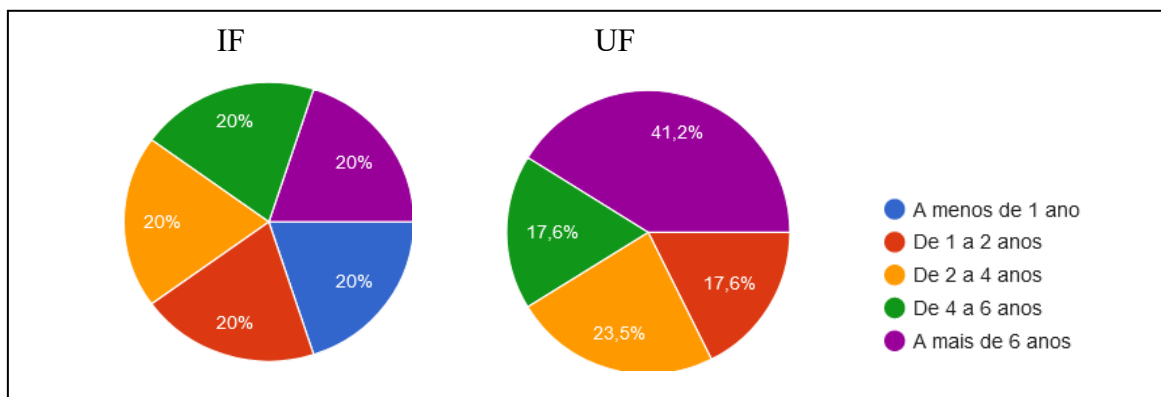
A coleta de dados iniciou no dia 15 de junho de 2023, por meio de formulário eletrônico, com prazo de término no dia 21 de junho. Ao final desse período, o questionário havia recebido 28 respostas dentre os 108 possíveis respondentes. Com o objetivo de aumentar o índice de retorno, o prazo foi prorrogado até o dia 24 de junho e obteve mais quatro participações, totalizando 32 respostas, o que representou um retorno de cerca de 30%.

O universo da pesquisa estava composto por 109 instituições, porém em contato com algumas instituições para complementar o levantamento de informações realizado nos portais institucionais, sobre contato e responsável pela pasta internacional para elaboração do Apêndice C e posterior envio do questionário às instituições, a Superintendência de Comunicação da Universidade Federal do Norte do Tocantins - UFNT informou que a instituição não possui setor voltado às questões internacionais.

Como o questionário estava direcionado aos gestores de relações internacionais, foi encaminhado ao *e-mail* institucional do setor das 108 instituições em que se identificou atuação e responsável pela atividade. As questões apresentadas no formulário foram divididas em cinco blocos que abordavam: caracterização do respondente, caracterização da instituição, dados sobre a estrutura organizacional, considerações do respondente sobre a estrutura organizacional e operacionalização das atividades.

Para a caracterização do respondente foi questionado sobre sua carreira, formação em RI e tempo de atuação no setor. Os resultados obtidos indicam que: a maioria dos gestores pertencem à carreira docente (IF: 60% e UF: 70%); a integralidade não possui formação em relações internacionais; e nos IFs a maioria está a menos de quatro anos no setor, enquanto nas UFs a maioria está a mais de 4 anos, conforme ilustra a Figura 4:

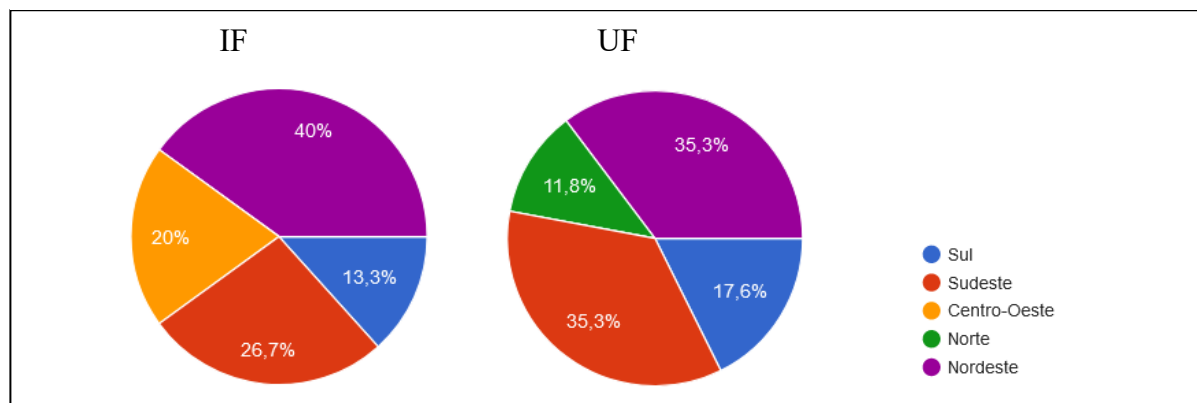
Figura 4 – Tempo de atuação do gestor no setor de RI



Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa.

Para a caracterização institucional foi questionado sobre a localização da instituição e os quantitativos de servidores, alunos e cursos. Quanto à localização: houve predomínio de respondentes de instituições localizadas nas regiões Sudeste (IF: 26% e UF: 35%) e Nordeste (IF: 40% e UF: 35%), com ausência de IFs da região Norte e de UFs da região Centro-Oeste, conforme ilustra a Figura 5:

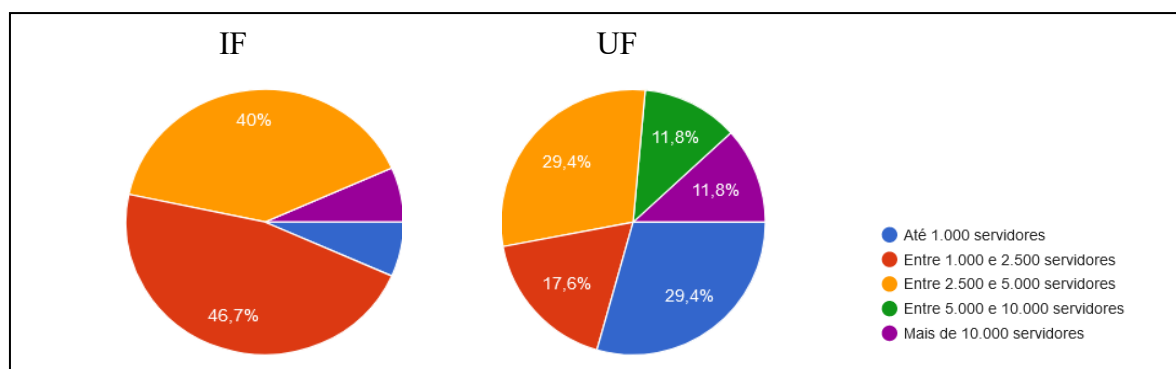
Figura 5 – Respondentes por região.



Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa.

Acerca do quantitativo de servidores efetivos, nos IFs houve predomínio de instituições que possuem entre 1.000 e 2.500 servidores (46%), seguido por instituições com 2.500 a 5.000 servidores (40%), e nas UFs cerca de 30% possuem até 1.000 servidores e outros 30% entre 2.500 e 5.000 servidores. Portanto, de modo global, houve predomínio de instituições com até 5.000 servidores, com destaque para as que possuem entre 2.500 a 5.000, conforme ilustra a Figura 6:

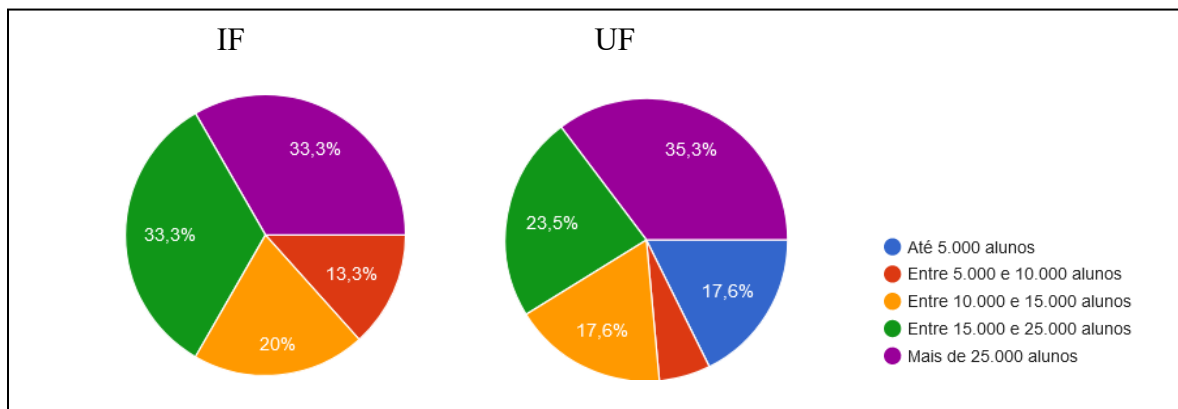
Figura 6 – Quantitativo de servidores efetivos



Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa.

Com relação ao quantitativo de alunos, cerca de 60% das instituições possuem mais de 15.000 alunos, sendo: nos IFs 13,3% entre 5.000 e 10.000, 20% entre 10.000 e 15.000, 33,3% entre 15.000 e 25.000 e 33,3% com mais de 25.000; e nas UFs 17,6% até 5.000, 5,9% entre 5.000 e 10.000, 17,6% entre 10.000 e 15.000, 23% entre 15.000 e 25.000 e 35% com mais de 25.000, conforme ilustra a Figura 7:

Figura 7 – Quantitativo de alunos



Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa.

Sobre o quantitativo de cursos, considerando todos os níveis e modalidades, nos IFs predominaram as instituições que possuem de 50 a 100 cursos (40%), seguidas pelas que possuem de 25 a 50 (26%), e nas UFs predominaram as que possuem entre 25 e 50 cursos (29,4%), seguidas por um empate entre as que possuem de 50 a 100 (23,5%), 100 a 200 (23,5%) e mais de 200 (23,5%). De modo geral, a maioria das instituições participantes oferta de 25 a 100 cursos.

Quanto à estrutura organizacional, os dados foram coletados por meio de doze questões que tratam sobre: alocação da pasta institucionalmente e no organograma; institucionalização do setor; previsão orçamentária; quantitativo de servidores e estagiários; composição da equipe; capacitação dos servidores em Relações Internacionais; e proficiência dos servidores em línguas estrangeiras.

Referente à denominação da pasta, em 33,4% dos IFs o setor se denomina assessoria, seguido por um empate entre diretoria e coordenação (26,7% cada), e em 35,3% das UFs é diretoria, seguido por: assessoria e superintendência (17,6% cada), coordenação e secretaria (11,8% cada), e escritório (6,9%). Dentre as respondentes, nenhuma ocupa espaço organizacional como pró-reitoria.

Sobre a disposição e vinculação no organograma institucional, cerca de 60% estão vinculadas ao Gabinete do Reitor (a), seguido por pró-reitoria (IF: 33,3% e UF: 17,6%). Em menor proporção, também foram citados vínculos a Centro de Referência (IF) e à Vice-Reitoria (UF). Dentre as respostas relacionadas às UFs, foram incluídas outras duas situações não contempladas nas alternativas de resposta apresentadas à questão, que são: instituto e órgão equivalente à pró-reitoria, sem indicar a vinculação no organograma institucional. Para compreender ambas situações, seria necessário consultar os documentos de instituição e regulamentação do setor.

Com relação à internacionalização estar contemplada no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, plano plurianual relativo ao desenvolvimento estratégico da instituição, está contemplada em 93,3% dos IFs e 100% nas UFs. Quanto à institucionalização do setor, nos IFs ocorreu predominantemente entre 2008 e 2013 (46,7%), seguido por entre 2013 e 2018 (33,3%), e nas UFs a maioria foi entre 2013 e 2018 (29,4%), seguido por anterior a 2000 (23,6%), e um empate entre três períodos: 2003 a 2008, 2008 a 2013 e depois de 2018 (11,8% cada).

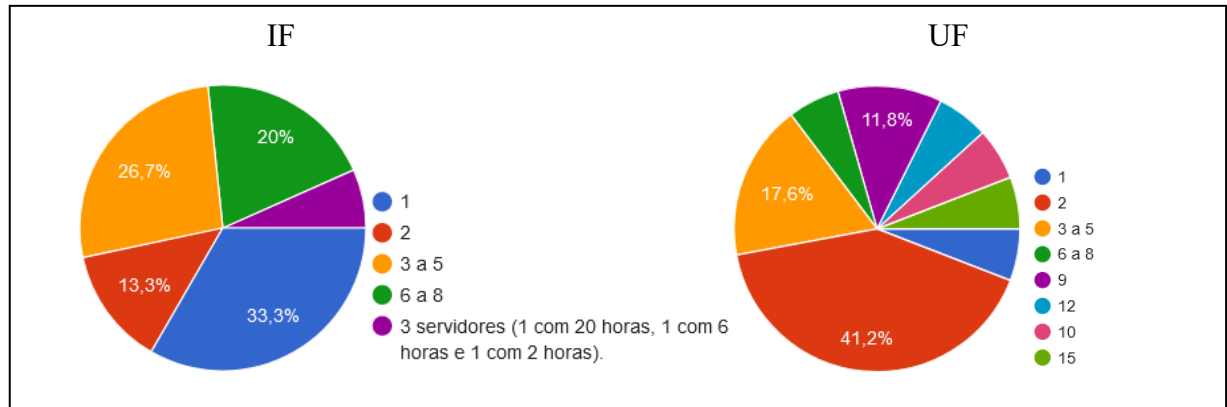
Dentre as respostas relacionadas às UFs, foram incluídas outras duas situações não contempladas nas alternativas de resposta apresentadas à questão, que indicam que o setor existia na prática desde a década de 90, porém foi formalizado após 2018. De modo geral, observa-se que havia um movimento de institucionalização do setor de RI nas UFs desde a década de 90, que ampliou progressivamente (incluindo os IFs) ao longo da primeira década dos anos 2000, e se evidenciou a partir de 2008.

Acerca da previsão orçamentária no planejamento anual da instituição, nos IFs 60% dos respondentes indicou possuir previsão, enquanto nas UFs 52,9% informou não possuir. Quanto ao percentual da previsão frente ao orçamento anual da instituição, a grande maioria não soube informar e indicou que o repasse é variável e de acordo com as demandas e ou disponibilidade.

Sobre o quantitativo de servidores, nos IFs a maioria informou possuir apenas 1 servidor e nas UFs a maioria conta com 2 servidores. Dentre as respostas relacionadas aos IFs, foi incluída uma situação não contemplada na alternativa de resposta apresentadas à questão, que indica que o setor conta com 3 servidores, porém com carga horária semanal reduzida (2h, 6h e 20h), o que indica que são colaboradores. Na Figura 8 é possível observar os demais

quantitativos apontados em menor proporção, porém demonstram significativo aumento no quantitativo de servidores que nos IFs oscila de 3 a 8 e nas UFs oscila de 3 a 15.

Figura 8 – Quantitativo de servidores no setor



Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa.

Quanto ao quantitativo de estagiários: 53,3% dos IFs e 35,3% das UFs informaram não possuir. Conforme os dados, 33,3% dos IFs conta com 1 estagiário, 6,7% com 3 e outros 6,7% com 4. Nas UFs, 17,6% das instituições contam com 1 estagiário, 23,5% com 2 e 11,8% com 3. Dentre as respostas relacionadas às UFs, foram incluídas outras duas situações não contempladas nas alternativas de resposta apresentadas à questão, que indicam o quantitativo de 6 e 11 estagiários, representando 5,9% cada uma.

Referente à equipe: a maioria (IF: 53,3% e UF: 70,6%) respondeu afirmativamente, quando questionada se era multiprofissional; nos IFs está composta majoritariamente por servidores docentes (53,3%) e nas UFs por servidores técnicos-administrativos (76,5%); e a maioria não conta com servidores capacitados ou qualificados em relação internacionais (IF: 73,3% e UF: 52,9%).

Ainda sobre a equipe, mas considerando a proficiência linguística: mais de 90% das instituições informaram contar com profissional proficiente em língua inglesa, mais de 70% com profissional de língua espanhola e mais de 40% com profissional de língua francesa. Não houve indicação de proficiência em mandarim e árabe. Além das opções citadas, os respondentes indicaram contar com profissional de língua alemã em cerca de 13% dos IFs e de 6% das UFs, e com profissional de língua italiana em cerca de 6% das UFs.

Na parte referente às considerações do respondente sobre a estrutura organizacional, foram analisadas respostas a 8 perguntas de escala, considerando o intervalo de 1 a 5 para

avaliar a concordância do respondente às proposições apresentadas, onde: 1 – Concordo; 2 - Concordo parcialmente; 3 – Indiferente; 4 - Discordo parcialmente; e 5 – Discordo.

Sobre a adequação do enquadramento organizacional do setor, em termos de denominação e alocação no organograma, foi observada divergência entre as percepções dos gestores, registrando-se maior discordância nos IFs e maior concordância nas UFs. Enquanto nos IFs 53,4% (somadas as respostas 4 e 5) consideram inadequado, nas UFs 47% (somadas as respostas 1 e 2) consideram adequado.

Com relação à adequação da disponibilidade orçamentária, houve maior discordância, onde 66,7% dos IFs e de 64,7% das UFs (somadas as respostas 4 e 5) consideram inadequado. Sobre a adequação do quantitativo de servidores às demandas, houve maior discordância, onde 73,3% dos IFs e 58,8% das UFs (somadas as respostas 4 e 5) consideram inadequado. Referente à adequação do quantitativo de estagiários às demandas, houve maior discordância, onde 53,3% dos IFs e de 53% das UFs (somadas as respostas 4 e 5) consideram inadequado.

Quanto à adequação dos cargos que compõem a equipe às demandas, foi observada divergência entre as percepções dos gestores, registrando-se maior discordância nos IFs e maior concordância nas UFs. Enquanto nos IFs 66,7% (somadas as respostas 4 e 5) consideram inadequado, nas UFs 58,8% (somadas as respostas 1 e 2) consideram adequado.

Acerca da percepção da carência de profissional de Relações Internacionais em cargo efetivo, nos IFs houve maior concordância (53,3%, somadas as respostas 1 e 2) e nas UFs houve empate entre a escala de concordância e discordância (41,1%, somadas as respostas 1 e 2 ou 4 e 5). Quanto a inexistência de cargo de carreira específico em Relações Internacionais fragilizar o desenvolvimento das atividades no setor, houve maior discordância, onde 60% dos IFs e de 58,8% das UFs (somadas as respostas 4 e 5) não consideram que a falta de cargo específico fragilize o desenvolvimento das atividades.

Ainda sobre a percepção da carência de profissionais, mas considerando a proficiência em línguas estrangeiras no setor, foi observada divergência entre as percepções dos gestores, registrando-se maior discordância nos IFs (53,3%, somadas as respostas 4 e 5) e maior concordância nas UFs (58,8% somadas as respostas 1 e 2).

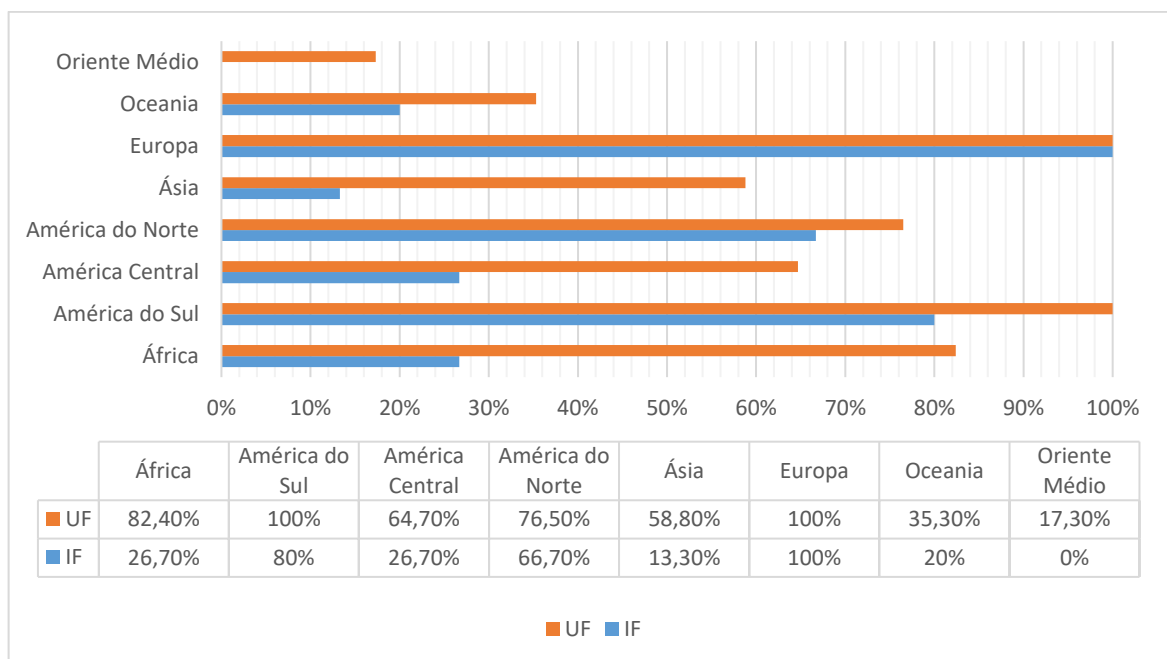
O bloco referente à operacionalização das atividades contava com 9 questões, que abordavam a existência de políticas de internacionalização e de linguística, os continentes das instituições parceiras, o quantitativo de acordos firmados, tipos e predominância de ações realizadas e atores envolvidos nas ações.

Referente à política de internacionalização, a maioria (IF: 53,3% e UF: 88,2%) das instituições informou possuir, e quanto à política linguística, a maioria (IF: 53,3% e UF: 82,4%)

das instituições informou possuir. Observa-se que ambas políticas demandam instituição em um percentual considerável dos IFs.

Sobre a indicação dos continentes das instituições em foi firmado acordo ou convênio: 80% dos IFs e 100% das UFs firmaram com instituições da América do Sul; 26,7% dos IFs e 64,7% das UFs firmaram com instituições da América Central; 66,7% dos IFs e 76,5% das UFs firmaram com instituições da América do Norte; 26,7% dos IFs e 82,4% das UFs firmaram com instituições da África; 100% dos IFs e UFs firmaram com instituições da Europa; 0% dos IFs e 17,3% das UFs firmaram com instituições do Oriente Médio; 13,3% dos IFs e 58,8% das UFs firmaram com instituições da Ásia; e 20% dos IFs e 35,3% das UFs firmaram com instituições da Oceania. A Figura 9 ilustra o percentual de acordos ou convênios firmados pelas instituições, conforme continente da instituição parceira.

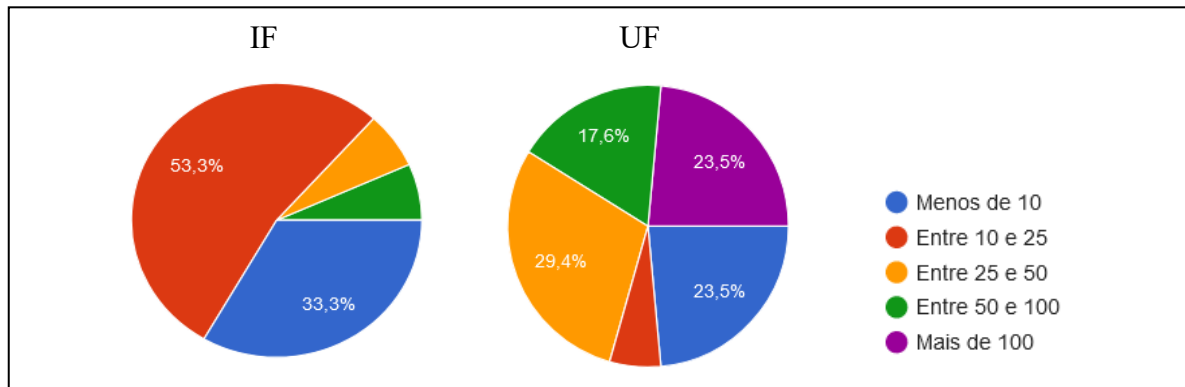
Figura 9 – Atuação internacional, por continente



Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa.

Quanto ao continente das instituições em que a maioria dos acordos e convênios são firmados, foi registrado o predomínio da Europa (IF: 80% e UF: 88,2%). Acerca do quantitativo de acordos firmados pela instituição, considerando o período de 2018 e 2023, nos IFs a maioria (53,3%) firmou entre 10 e 25 e nas UFs a maioria (29,4%) firmou entre 25 e 50 parcerias. Cabe destacar que 33,3% dos IFs e 23,5% das UFs firmaram menos de 10 parceiras, e 23,5% das UFs firmaram mais de 100. Na Figura 10, pode-se observar os quantitativos detalhadamente.

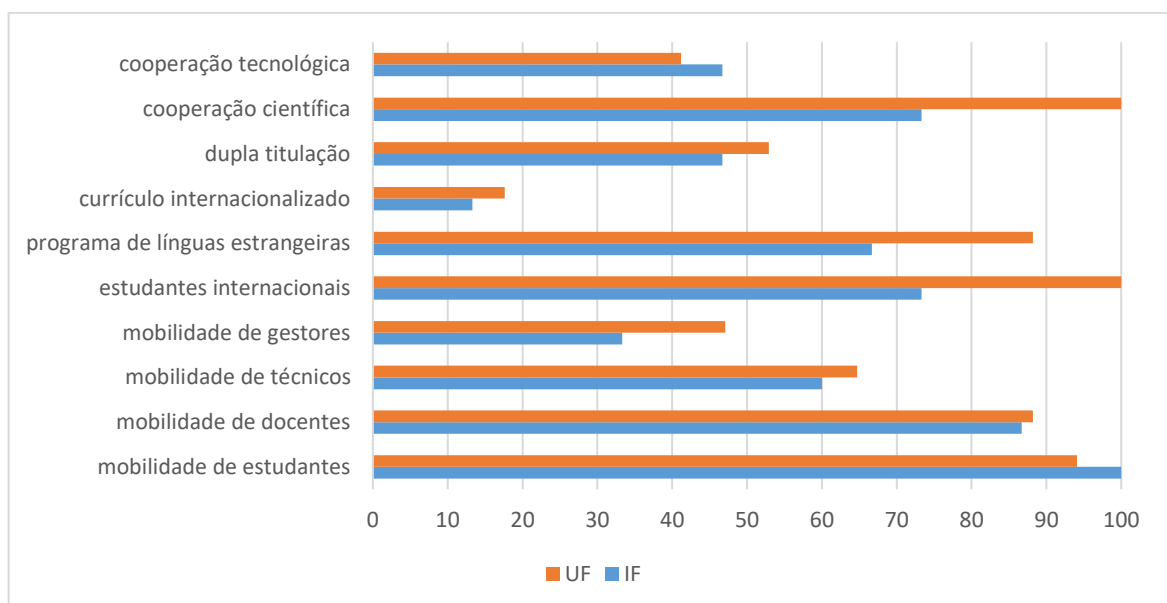
Figura 10 – Acordos firmados entre 2018 e 2023



Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa.

Com relação às ações de internacionalização realizadas na instituição: 100% dos IFs e 94,1% das UFs realizam mobilidade de estudantes; 86,7% dos IFs e 88,2% das UFs realizam mobilidade de docentes; 60% dos IFs e 64,7% das UFs realizam mobilidade de técnico-administrativos; 33,3% dos IFs e 47,1% das UFs realizam mobilidade de gestores; 73,3% dos IFs e 100% das UFs possuem estudantes internacionais; 66,7% dos IFs e 88,2% das UFs possuem programa de línguas estrangeira; 13,3% dos IFs e 17,6% das UFs possuem currículo internacionalizado; 46,7% dos IFs e 52,9% das UFs possuem dupla titulação; 73,3% dos IFs e 100% das UFs realizam cooperação científica; e 46,7% dos IFs e 41,2% das UFs realizam cooperação tecnológica.

Figura 11 – Ações de internacionalização realizadas pelos IFs e UFs



Fonte: a autora, a partir de dados da pesquisa.

Dentre as respostas, os respondentes incluíram três situações não contempladas: teste de suficiência próprio e mobilidade virtual em 6,7% dos IFs, e cotutela em 5,9% das UFs. Acerca da ação de internacionalização preponderante, 53,3% dos IFs apontaram a mobilidade discente, seguido da mobilidade de servidores com 26,7%. Nas UFs houve um empate entre o percentual de mobilidade acadêmica e a de cooperação científica e tecnológica, com 41,2% cada. Sobre a qualificação das ações institucionais como ativas, relativa à proposição e promoção da ação, e passivas, participação em ação existente, 53,3% das IFs e 70,6% das UFs qualificaram suas ações como ativas.

Os atores internacionais envolvidos nas ações de internacionalização da instituição são: instituições de ensino/pesquisa públicas em 100% dos IFs e 88,2% das UFs; instituições de ensino/pesquisa privadas em 53,3% dos IFs e 64,7% das UFs; instituições de ensino/pesquisa com fins lucrativos em 40% dos IFs e 41,2% das UFs; empresas públicas em 26,7% dos IFs e 41,2% das UFs; empresas privadas em 26,7% dos IFs e 41,2% das UFs; ONGs em 13,3% dos IFs e 17,6% das UFs; e órgãos governamentais em 73,3% nos IFs e 47,1% nas UFs.

Ao analisar os dados coletados, observa-se que alguns são semelhantes aos de estudos anteriores, como os relatórios analisados no tópico 3.3 e do artigo no tópico 3.4, por exemplo: o perfil do gestor (docente, com formação em áreas diversas às relações internacionais), a falta de formação e de capacitação em relações internacionais do gestor e da equipe, a alocação do setor em hierarquia baixa no enquadramento organizacional (coordenação e assessoria), a falta de orçamento e de quadro de pessoal, e a predominância de ações de mobilidade.

Em termos de estrutura organizacional, os dados revelaram que a internacionalização na maioria das autarquias federais de ensino: é uma assessoria ou coordenação; está vinculada ao gabinete do reitor(a); está contemplada no PDI; foi institucionalizada nos anos 2000; cerca de metade possui previsão orçamentária no planejamento institucional; a maioria tem até cinco servidores na equipe (desses, a maioria oscila entre um ou dois servidores); a maioria não possui estagiários; a maioria conta com equipe multiprofissional; nos IFs as equipes estão compostas majoritariamente por docentes e nas UFs por técnicos; a maioria das equipes não conta com servidor capacitado ou qualificado em relações internacionais; e a maioria das equipes conta com profissionais proficientes em língua inglesa e espanhola.

Com relação a avaliação do gestor sobre a estrutura organizacional: nos IFs a maioria considera o enquadramento organizacional inadequado, enquanto nas UFs consideram adequado; a maioria considera a disponibilidade orçamentária inadequada; a maioria considera o quantitativo de servidores e de estagiários inadequado; nos IFs a maioria considera inadequada a composição das equipes, enquanto nas UFs consideram adequado; nos IFs a

maioria considera que há carência de profissional de relações internacionais em cargo específico, enquanto nas UFs cerca de 40% percebem a carência desse profissional; a maioria não considera que a falta de cargo específico fragilize o desenvolvimento das atividades; e nos IFs a maioria não considera que haja carência de profissionais proficientes em língua estrangeira, enquanto nas UFs considera que há.

Quanto a operacionalização das atividades nas autarquias federais de ensino: a maioria possui política de internacionalização e política linguística; a maioria firmou parcerias com instituições da América do Sul, América do Norte e Europa; a maioria das parcerias foram firmadas com instituições da Europa; nas UFs se observou um quantitativo significativamente maior de acordos ou convênios, em relação aos IFs; a maioria realiza mobilidade de estudantes, de docentes e de técnicos, possui alunos internacionais, programa de língua estrangeira, e realiza cooperação científica; a maioria das ações são de mobilidade discente; a maioria qualifica suas ações como ativas; a maioria dos atores parceiros são instituições de ensino/pesquisa públicas ou privadas e órgãos governamentais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo se orientou e se desenvolveu a partir do seguinte problema de pesquisa: Qual é o panorama estrutural da gestão da internacionalização nas autarquias federais de ensino? Possuía como objetivo geral analisar a gestão da internacionalização nas autarquias federais de ensino e como objetivos específicos: pesquisar a estrutura organizacional; analisar como a pasta responsável pela internacionalização está disposta no organograma institucional; conhecer a operacionalização da internacionalização; evidenciar a necessidade de cargo específico no quadro de pessoal; e sugerir a criação de cargo de carreira, considerando que as instituições objeto da pesquisa não contam com cargo de carreira específico.

A pesquisa se desenvolveu metodologicamente por meio da pesquisa documental e bibliográfica, para contextualização e fundamentação, e os dados foram coletados por meio de questionário direcionado aos gestores dos setores de relações internacionais das instituições. O instrumento de coleta de dados foi elaborado em formulário eletrônico e enviado via *e-mail* ao endereço eletrônico dos setores, conforme informações de contato disponíveis nos portais institucionais. O índice de retorno registrado foi de cerca de 30%, o que constituiu a amostra do universo pesquisado.

Esse percentual de retorno poderia ter sido aumentado se o período para coleta de dados fosse maior e se o envio às instituições tivesse sido realizado por meio do Sistema Eletrônico de Informações ao Cidadão - e-SIC, plataforma de acesso a informações públicas, considerando que o acesso à informação é um direito constitucional e está relacionado à transparência na gestão pública. Entretanto, essa opção foi descartada por recomendação do professor orientador da pesquisa.

Com base na literatura consultada, observou-se que as instituições que compõem o universo da pesquisa iniciaram sua trajetória institucional a pouco mais de cem anos e, ao longo desse tempo, passaram por reformulações e reestruturações, com expansão expressiva nas últimas décadas e com atuação essencial ao desenvolvimento nacional e com potencialidade de atuação ativa no cenário internacional.

Também ficou evidente, conforme referências bibliográficas utilizadas, que a realização de estudos sobre aspectos relativos à internacionalização na educação remonta os últimos trinta anos e mais significativamente a última década, porém ainda de modo insuficiente. De modo geral, a bibliografia consultada demonstra preocupação quanto ao formato do processo de internacionalização da educação num cenário internacional marcado pela desigualdade entre as

nações e apontam o risco de o processo se orientar pela mercantilização em vez da solidariedade e da cooperação.

A institucionalização da internacionalização nas autarquias federais de ensino, de acordo com a literatura e os dados levantados, remonta a década de 90 com algumas iniciativas isoladas e de forma significativa ao longo dos anos 2000. Do universo da pesquisa, constituído por 109 instituições, 108 demonstraram possuir em sua estrutura organizacional espaço dedicado às questões internacionais.

Cabe destacar que a instituição, que não contempla a internacionalização em sua estrutura organizacional, foi criada a partir de outra instituição existente em 2019. Portanto, é uma instituição nova que ainda está em processo de transição, organização e consolidação de sua estrutura organizacional e constituição do quadro de pessoal.

Observou-se que as pesquisas existentes têm sido realizadas predominantemente por pesquisadores do campo da Educação, Letras e Gestão. Nesse contexto, registra-se a ausência de estudiosos das Relações Internacionais. Assim como as pesquisas, conforme os dados coletados, a internacionalização nas instituições pesquisadas tem ocorrido sem a presença e a atuação de profissionais das relações internacionais. Isso deve-se à ausência de cargo específico para essa finalidade e cuja criação extrapola a autonomia que essas instituições possuem. Nesse caso, a criação de cargo ocorre por meio de lei, após tramitar no Congresso Nacional.

De acordo com os dados analisados, o panorama estrutural da gestão da internacionalização nas autarquias federais de ensino se caracteriza pela institucionalização e regulamentação recente e pela estrutura reduzida/limitada, em termos de disponibilidade de pessoal e orçamento.

Entretanto, sua institucionalização evidencia, de forma positiva, o reconhecimento da necessidade de sua existência. Ainda que, de modo geral, seu enquadramento organizacional ocorra em setores de baixa hierarquia, como: coordenações e assessorias. A alocação do setor em hierarquia baixa na estrutura organizacional revela, segundo a bibliografia, baixa prioridade na agenda institucional.

Ao analisar a gestão da internacionalização nas autarquias federais de ensino, a partir dos dados da pesquisa, observa-se que: o gestor é membro da carreira docente, com formação em área diversa às relações internacionais e sem qualificação ou capacitação para exercer a função; o setor é uma assessoria ou coordenação e está vinculado ao gabinete do reitor(a); e há limitações orçamentárias e de pessoal.

Apesar das limitações estruturais, a operacionalização das atividades nas autarquias federais de ensino tem sido realizada. A maioria das instituições possui política de

internacionalização e política linguística. Realizam diferentes ações de internacionalização, com predominância para mobilidade discente, pulverizadas pelo globo, mas majoritariamente com instituições do Norte global (nações desenvolvidas).

Na avaliação dos gestores, segundo os dados da pesquisa, o quantitativo de servidores e de estagiários é inadequado e um percentual significativo considera que há carência de profissional de relações internacionais em cargo específico, mas não considera que a falta de cargo específico fragilize o desenvolvimento das atividades. De fato, o processo de internacionalização tem ocorrido nas instituições, apesar de não contar com a atuação de profissionais das relações internacionais.

Deve-se pontuar que a formação em Relações Internacionais é recente no país. Na UFSM, por exemplo, o curso de Bacharelado em Relações Internacionais foi criado a pouco mais de dez anos. Trata-se de um campo de atuação profissional em constituição aos profissionais de sua área, que ainda é um pouco desconhecido do público em geral e até mesmo confundido com outras áreas.

Assim, para evidenciar a necessidade de cargo específico no quadro de pessoal das autarquias federais de ensino, busca-se subsídio na pesquisa de Leal, Céspedes e Stallivieri (2017) que observam a ocorrência de certa improvisação na gestão da internacionalização, devido à falta de profissionais com conhecimento específico, o acúmulo de funções, e a descontinuidade do trabalho em decorrência da rotatividade de pessoal, conforme o mandato de cada gestão institucional.

Os dados da pesquisa demonstram que os servidores, incluindo os gestores, que atuam no setor de relações internacionais não possuem formação, qualificação ou capacitação, além de muitos serem docentes e exercerem outras atividades em paralelo. Portanto, a criação de cargo de carreira, considerando que as instituições objeto dessa pesquisa não contam com cargo específico, contribuiria para superar a descontinuidade do trabalho no setor a cada mudança de gestão institucional, bem como seu conhecimento multidisciplinar qualificaria a atuação do setor na instituição e desta no cenário internacional.

Em uma analogia com os profissionais de tecnologia da informação, observa-se que há pouco mais de duas décadas as instituições não constavam com este tipo de profissional em seu quadro de pessoal, as opções de formação estavam em constituição e a atuação desses profissionais era desconhecida pelo público em geral, porém a realidade da evolução tecnológica se impôs e houve necessidade de se adequar para acompanhar a dinâmica global. No caso das relações internacionais, a realidade que se impõe é a globalização e as diversas implicações internas e externas relacionadas a ela.

Outra analogia possível é pensar em uma assessoria de comunicação sem profissionais da comunicação. Não é razoável e obviamente demonstra improvisação frente a uma necessidade existente. Profissionais de outras áreas até podem tentar atender as demandas, porém será necessário um esforço adicional, que carecerá de conhecimentos específicos e, provavelmente, ocorrerá de forma limitada. No caso dos setores voltados às questões internacionais, o profissional dessa área pode contribuir por meio de sua capacidade de análise de conjuntura, definição de estratégias, celebração de parcerias e atuação mais ativa da instituição, considerando seus interesses e potencialidades.

Conforme disposto no art. 4º da Lei nº 11.091/2005, caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar anualmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério da Educação, se for o caso, o seu redimensionamento. Porém, a criação de um cargo é realizada por meio de lei, o que demanda articulação interinstitucional e coletiva, que pode ser conduzida pelo Conif e Andifes com as instâncias governamentais.

Com a mudança de gestão no Governo Federal e considerando a atuação do grupo atual em gestões anteriores, tem-se um cenário favorável às demandas relacionadas à educação e sensibilidade à importância da atuação qualificada no plano internacional. Porém, é necessário que haja mobilização por parte dos interessados, que a demanda seja apresentada, sua necessidade justificada e, para tanto, é necessário realizar estudos e levantar dados que subsidiem o acolhimento e a tramitação da proposta.

Por fim, o presente estudo é um arranhão na superfície de um universo ainda pouco explorado e com muito a fazer. Como sugestão de novas pesquisas, pode-se analisar a gestão institucional da internacionalização a partir de documentos institucionais, tais como: Plano de Desenvolvimento Institucional, Organogramas, Relatório de Gestão, Política de Internacionalização, Política Linguística, e outros correlatos.

REFERÊNCIAS

AKKARI, Abdeljalil. **Internacionalização das Políticas Educacionais: Transformações e desafios**. Petrópolis: Vozes, 2011.

ANDIFES. **Conselho de Gestores de Relações Internacionais das Ifes – CGRIFES**. Disponível em: https://www.andifes.org.br/?page_id=86883. Acesso em: 10 jul. 2022.

ANDIFES. **Institucional**. Disponível em: https://www.andifes.org.br/?page_id=261. Acesso em: 10 jul. 2022.

ANDIFES. **Rede Andifes-IsF**. Disponível em: https://www.andifes.org.br/?page_id=82328. Acesso em: 10 jul. 2022.

AZEVEDO, Mario Luiz Neves de. Internacionalização e Transnacionalização da Educação Superior: trata-se de formação de um campo social global? *In*: PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar; HEINZLE, Marcia Regina Selpa (org.). **Internacionalização na Educação Superior: Políticas, Integração e Mobilidade Acadêmica**. Blumenau: Edifurb, 2015.

BRASIL. **Análise sobre a expansão das universidades federais**. Brasília: Ministério da Educação – MEC, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=12386&Itemid. Acesso em: 30 jul. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 jul. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Crêa nas capitães dos Estados da Republica Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primario e gratuito. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30 jul. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 14.343, de 7 de setembro de 1920**. Institue a Universidade do Rio de Janeiro. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14343-7-setembro-1920-570508-publicacaooriginal-93654-pe.html>. Acesso em: 20 jun. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 30 jul. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967**. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm. Acesso em: 30 jul. 2022.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016.** Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 30 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005.** Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111091.htm. Acesso em: 30 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 30 jul. 2022.

CONIF. **Histórico.** Brasília. Conif, 2022a. Disponível em: <https://113anos.redefederal.org.br/#historico>. Acesso em: 25 maio 2023.

CONIF. **Institucional.** Brasília. Conif, 2022b. Disponível em: <https://portal.conif.org.br/institucional>. Acesso em: 10 jul. 2022.

CONIF. **Internacional.** Brasília. Conif, 2022c. Disponível em: <https://portal.conif.org.br/internacional>. Acesso em: 10 jul. 2022.

CONIF. **Panorama de Internacionalização da Rede Federal EPCT – Edição 2019.** Brasília. Forinter/Conif, 2021a. Disponível em: <https://portal.conif.org.br/internacional>. Acesso em: 10 jul. 2022.

CONIF. **Panorama de Internacionalização da Rede Federal EPCT – Edição 2021.** Brasília. Forinter/Conif, 2021b. Disponível em: <https://portal.conif.org.br/estudos/panorama-de-internacionalizacao-da-rede-federal-epct>. Acesso em: 10 jul. 2022.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese.** Trad. Gilson Cesar Cardoso de Souza. 27. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

FAUBAI. **Sobre a Faubai.** Disponível em: <https://faubai.org.br/sobre/>. Acesso em: 30 maio 2023.

FERNANDES, Francisco das Chagas Mariz. **Gestão dos Institutos Federais: O desafio do centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.** Holos, Ano 25, Vol. 2, 2009. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/267>. Acesso em: 10 jul. 2022.

JUNQUEIRA, Cairo Gabriel Borges. **A Criação das Secretarias Municipais de Relações Internacionais (SMRIS) como Nova Realidade da Inserção Internacional dos entes Subnacionais Brasileiros.** Boletim de Economia e Política Internacional – BEPI, n. 21, Set./Dez. 2015. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6477/1/BEPI_n21_Cria%c3%a7%c3%a3o.pdf. Acesso em: 06 jun. 2023.

JUNQUEIRA, Cairo Gabriel Borges. **Paradiplomacia**: a transformação do conceito nas relações internacionais e no Brasil. BIB, São Paulo, n. 83, 2018, pp. 43-68. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/429/408>. Acesso em: 23 jun. 2023.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8. ed. - São Paulo: Atlas, 2017.

LEAL, Fernanda; STALLIVIERI, Luciane; CESPEDES, Rafaela. **O perfil do gestor universitário de cooperação internacional no Brasil**. Internext | São Paulo, v.12, n. 2, p. 01-16, mai./ago. 2017. Disponível em: <https://internext.espm.br/internext/article/view/368/307>. Acesso em: 10 maio 2023.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 6. ed. Rev. e ampl. - São Paulo: Heccus Editora, 2015.

LIMA, Manolita Correia; CONTEL, Fábio Betioli. **Internacionalização da Educação Superior**: Nações ativas, nações passivas e a geopolítica do conhecimento. São Paulo: Alameda, 2011.

LÜCK, Heloísa. **Concepções e Processos Democráticos de Gestão Educacional**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. 132 p. (Série Cadernos de Gestão - Vol. II).

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. **Expansão e desconcentração das universidades federais**. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/o-brasil-chega-a-universidade/2>. Acesso em: 10 jul. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Mapa da Rede Federal**. Brasília. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes>. Acesso em: 10 jul. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Painel Universidade 360**. Brasília. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/universidade360/painel-universidade-360>. Acesso em: 25 maio 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Rede Federal**. Brasília. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/acao-a-informacao/institucional/secretarias/secretaria-de-educacao-profissional/rede-federal>. Acesso em: 10 jul. 2022.

MOROSINI, M. C. **Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior** – Conceitos e práticas. In: Educar, n. 28. Curitiba: Editora UFPR, 2006 p. 107-124. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a08n28.pdf>. Acesso em: 27 de maio de 2023.

NASCIMENTO, Milton. **Coração de estudante**. 1983. Disponível em: <https://www.vagalume.com.br/milton-nascimento/coracao-de-estudante-nao-cifrada.html>. Acesso em: 30 jul. 2022.

PASTORI, Giorgio. Administração Pública. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco (org.). **Dicionário de política**. 13. ed. Brasília: UNB, 2010. p. 10 – 17.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às Relações Internacionais: temas, atores e visões**. Petrópolis: Vozes, 2004.

PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda. Educação como bem público, internacionalização e as perspectivas para a educação superior brasileira. *In*: OLIVEIRA, João Ferreira de; CATANI, Afrânio Mendes; SILVA JÚNIOR, João dos Reis (org.). **Educação superior no Brasil: em tempos de internacionalização**. São Paulo: Xamã, 2010.

PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar; HEINZLE, Marcia Regina Selpa (org.). **Internacionalização na Educação Superior: Políticas, Integração e Mobilidade Acadêmica**. Blumenau: Edifurb, 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. **Lei nº 5.103, de 9 de maio de 2022**. Altera dispositivos da Lei nº 1.997, de 13 de março de 1996, que Dispõe sobre a reorganização das carreiras funcionais dos servidores públicos da Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu, na forma que especifica. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/lei-ordinaria/2022/510/5103/lei-ordinaria-n-5103-2022-altera-dispositivos-da-lei-n-1997-de-13-de-marco-de-1996-que-dispoe-sobre-a-reorganizacao-das-carreiras-funcionais-dos-servidores-publicos-da-prefeitura-do-municipio-de-foz-do-iguacu-na-forma-que-especifica#>. Acesso em: 20 maio 2023.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Criação das universidades: Linha do tempo**. Brasília. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/linhatempo-ifes.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2023.

SEITENFUS, Ricardo. **Relações Internacionais**. Barueri, SP: Manole, 2004.

SENADO FEDERAL. **Internacionalização da educação pode aumentar a competitividade brasileira**. Apresentação: Floriano Filho. Rádio Senado: Educação Federal, 11 jan. 2022. *Podcast*. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/educacao-federal/2022/01/11/internacionalizacao-da-educacao-pode-aumentar-a-competitividade-brasileira>. Acesso em: 05 ago. 2022.

SILVA, Lemuel Rodrigues da; LOPES JR, Orivaldo Pimentel. **Globalização: de sua gênese mercantilista ao neoliberalismo burguês**. *Inter-Legere (UFRN)*, v. 03, p. 01-13, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/4752/3955>. Acesso em: 11 jun. 2022.

SILVA, Guilherme A.; GONÇALVES, Williams. **Dicionário de Relações Internacionais**. 2. Ed. Rev. E ampli. – Barueri, SP: Manole, 2010.

SOUZA, José Geraldo de. **Evolução histórica da universidade brasileira: abordagens preliminares**. Campinas: Revista da Faculdade de Educação – PUCCAMP, v. 1, n. 1, p. 42 – 58, agosto/1996. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reveducacao/article/view/461/441>. Acesso em: 21 jun. 2023.

STALLIVIERI, Luciane. **Estratégias de internacionalização das universidades brasileira**. Caxias do Sul: Educs, 2004. 143p. (Coleção Internacional).

UFNPA/ONU. *Población mundial*. Disponível em: <https://www.unfpa.org/es/data/world-population-dashboard>. Acesso em: 25 maio 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Manual de dissertações e teses da UFSM**: estrutura e apresentação documental para trabalhos acadêmicos. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/24203>. Acesso em: 29 jun. 2022.

VIDAL, Sirlei Lopes. **Gestão democrática**: Conceções e processos no quotidiano da organização educacional. Dissertação (Mestrado em Educação), Repositório Científico do Instituto Politécnico do Porto Comunidades & Coleções ESE, Porto, Portugal, 2018. Disponível em: <https://recipp.ipp.pt/handle/10400.22/12739>. Acesso em: 29 jul. 2022.

APÊNDICE A – REDE FEDERAL

Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - RFEPC

UF	Instituição	Sigla
AC	Instituto Federal do Acre	Ifac
AL	Instituto Federal de Alagoas	Ifal
AM	Instituto Federal do Amazonas	Ifam
AP	Instituto Federal do Amapá	Ifap
BA	Instituto Federal Baiano	IF Baiano
BA	Instituto Federal da Bahia	IFBA
CE	Instituto Federal do Ceará	IFCE
DF	Instituto Federal de Brasília	IFB
ES	Instituto Federal do Espírito Santo	Ifes
GO	Instituto Federal de Goiás	IFG
GO	Instituto Federal Goiano	IF Goiano
MA	Instituto Federal do Maranhão	IFMA
MG	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	Cefet-MG
MG	Instituto Federal de Minas Gerais	IFMG
MG	Instituto Federal do Norte de Minas Gerais	IFNMG
MG	Instituto Federal do Sul de Minas Gerais	IFSULDEMINAS
MG	Instituto Federal do Triângulo Mineiro	IFTM
MG	Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais	IF Sudeste MG
MS	Instituto Federal de Mato Grosso do Sul	IFMS
MT	Instituto Federal de Mato Grosso	IFMT
PA	Instituto Federal do Pará	IFPA
PB	Instituto Federal da Paraíba	IFPB
PE	Instituto Federal de Pernambuco	IFPE
PE	Instituto Federal do Sertão Pernambucano	IFSertãoPE
PI	Instituto Federal do Piauí	IFPI
PR	Instituto Federal do Paraná	IFPR
PR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	UTFPR
RJ	Centro Federal de Educação Tec. Celso Suckow da Fonseca	Cefet-RJ
RJ	Colégio Pedro II	CPII
RJ	Instituto Federal Fluminense	IFF
RJ	Instituto Federal do Rio de Janeiro	IFRJ
RN	Instituto Federal do Rio Grande do Norte	IFRN
RO	Instituto Federal de Rondônia	IFRO
RR	Instituto Federal de Roraima	IFRR
RS	Instituto Federal do Rio Grande do Sul	IFRS
RS	Instituto Federal Farroupilha	IFFar
RS	Instituto Federal Sul-rio-grandense	IFSul
SC	Instituto Federal Catarinense	IFC
SC	Instituto Federal de Santa Catarina	IFSC
SE	Instituto Federal de Sergipe	IFS
SP	Instituto Federal de São Paulo	IFSP
TO	Instituto Federal do Tocantins	IFTO

APÊNDICE B – UNIVERSIDADES FEDERAIS

UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

UF	Instituição	Sigla
AC	Universidade Federal do Acre	Ufac
AL	Universidade Federal de Alagoas	Ufal
AM	Universidade Federal do Amazonas	Ufam
AP	Universidade Federal do Amapá	Unifap
BA	Universidade Federal da Bahia	UFBA
BA	Universidade Federal do Oeste da Bahia	Ufob
BA	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	UFRB
BA	Universidade Federal do Sul da Bahia	UFSB
CE	Universidade Federal do Ceará	UFC
CE	Universidade Federal do Cariri	UFCA
CE	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	Unilab
DF	Universidade de Brasília	UnB
ES	Universidade Federal do Espírito Santo	UFES
GO	Universidade Federal de Catalão	UFCat
GO	Universidade Federal de Goiás	UFG
MA	Universidade Federal do Maranhão	UFMA
MG	Universidade Federal de Alfenas	Unifal
MG	Universidade Federal de Itajubá	Unifei
MG	Universidade Federal de Juiz de Fora	UFJF
MG	Universidade Federal de Lavras	UFLA
MG	Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG
MG	Universidade Federal de Ouro Preto	UFOP
MG	Universidade Federal de São João Del-Rei	UFSJ
MG	Universidade Federal de Uberlândia	UFU
MG	Universidade Federal de Viçosa	UFV
MG	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	UFTM
MG	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	UFVJM
MS	Universidade Federal da Grande Dourados	UFGD
MS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	UFMS
MT	Universidade Federal de Mato Grosso	UFMT
MT	Universidade Federal de Rondonópolis	UFR
PA	Universidade Federal do Oeste do Pará	Ufopa
PA	Universidade Federal do Pará	UFPA
PA	Universidade Federal Rural da Amazônia	Ufra
PA	Universidade Federal Sul e Sudeste do Pará	UNIFESSPA
PB	Universidade Federal da Paraíba	UFPB
PB	Universidade Federal de Campina Grande	UFCG
PE	Universidade Federal de Pernambuco	UFPE
PE	Universidade Federal do Agreste de Pernambuco	Ufape
PE	Universidade Federal do Vale do São Francisco	UNIVASF
PE	Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE
PI	Universidade Federal do Delta do Parnaíba	UFDPAr

PI	Universidade Federal do Piauí	UFPI
PR	Universidade Federal do Paraná	UFPR
PR	Universidade Federal da Integração Latino-Americana	Unila
RJ	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Unirio
RJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ
RJ	Universidade Federal Fluminense	UFF
RJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ
RN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN
RN	Universidade Federal Rural do Semi-Árido	Ufersa
RO	Universidade Federal de Rondônia	Unir
RR	Universidade Federal de Roraima	UFRR
RS	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	UFCSA
RS	Universidade Federal de Pelotas	UFPeI
RS	Universidade Federal de Santa Maria	UFSM
RS	Universidade Federal do Pampa	Unipampa
RS	Universidade Federal do Rio Grande	FURG
RS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS
SC	Universidade Federal da Fronteira do Sul	UFFS
SC	Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC
SE	Universidade Federal de Sergipe	UFS
SP	Universidade Federal de São Carlos	UFSCar
SP	Universidade Federal de São Paulo	Unifesp
SP	Universidade Federal do ABC	UFABC
TO	Universidade Federal de Tocantins	UFT
TO	Universidade Federal do Norte do Tocantins	UFNT

APÊNDICE C – CONTATOS DOS SETORES DE RI

UF	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
AC	Ifac	(68) 99202-4777	dsri@ifac.edu.br
	Ufac	(68) 3229-2909	aci@ufac.br
AL	Ifal	(82) 3194-1207	relacoes.internacionais@ifal.edu.br
	Ufal	(82) 3214-1761/1850	asi@reitoria.ufal.br
AM	Ifam	(92) 3306-0004	internacional@ifam.edu.br
	Ufam	(92) 3305-1181 (R: 1753)	arii@ufam.edu.br
AP	Ifap	(96) 99141-9259	setrinter@ifap.edu.br
	Unifap	(96) 4009-2666	procri@unifap.br
BA	IF Baiano	(71) 3186-0001	internacional@ifbaiano.edu.br
	IFBA	(71) 3221-0341	international@ifba.edu.br
	UFBA	(71) 3283-7025/7068/7064	aai@ufba.br
	Ufob	(77) 3614-3506	dri.propgp@ufob.edu.br
	UFRB	(75) 3621-5314/5315	supai@reitoria.ufrb.edu.br
	UFSB	(73) 2103-8407	ari@ufsb.edu.br
CE	IFCE	(85) 3401-2366/2367	arinter.reitoria@ifce.edu.br
	UFC	(85) 3366-7333	secretaria@prointer.ufc.br
	UFCA	(88) 3221-9456	sci@ufca.edu.br
	Unilab	(85) 3332-6176/6126	prointer@unilab.edu.br
DF	IFB	(61) 2103-2139	internacional@ifb.edu.br
	UnB	(61) 3107-0460/0464	intweb@unb.br
ES	Ifes	(27) 3357-7500 (R: 2044)	assessoria.internacional@ifes.edu.br
	UFES	(27) 4009-2046	internacional@ufes.br
GO	IFG	(62) 3612-2202	cri@ifg.edu.br
	IF Goiano	(62) 3605-3600	internacional@ifgoiano.edu.br
	UFCat	(62) 3521-1000	cai.ufg.rc@gmail.com
	UFG	(62) 3521-1165	sri@ufg.br
MA	IFMA	(98) 3215-1812	internacional@ifma.edu.br
	UFMA	(98) 3272-8014	ageufma.din@ufma.br
MG	Cefet-MG	(31) 3319-7074	sri@cefetmg.br
	IFMG	(31) 2513-5165	relacoes.internacionais@ifmg.edu.br
	IFNMG	(38) 3218-7348	internacional@ifnmg.edu.br
	IFSULDEMINAS	(35) 3449-6164	internacional@ifsuldeminas.edu.br
	IFTM	(34) 3326-1103	deri@iftm.edu.br
	IF Sudeste MG	(31) 98413-5960	driit@ifsudestemg.edu.br
	Unifal	(35) 3701-9013	dri@unifal-mg.edu.br
	Unifei	(35) 3629-1732	relacoesinternacionais@unifei.edu.br
	UFJF	(32) 2102-3389	international.office@ufjf.edu.br
	UFLA	(35) 3829-1858	dri@ufla.br
	UFMG	(31) 3409-5550	gab@dri.ufmg.br
	UFOP	(31) 3559-1192	international@ufop.edu.br
	UFSJ	(32) 3379-5812	assin@ufsjs.edu.br
	UFU	(34) 3291-8969	international@ufu.br

UF	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
	UFV	(31) 3612-1071	dri@ufv.br
	UFTM	(34) 3700-6801	aci@uftm.edu.br
	UFVJM	(38) 3532-1264 (8035)	relacoesinternacionais@ufvjm.edu.br
MS	IFMS	(67) 3378-9593	asint@ifms.edu.br
	UFGD	(67) 3410-2746/ 2794	esai@ufgd.edu.br
	UFMS	(67) 3345-3945	serin.aginova@ufms.br
MT	IFMT	(65) 3616-4131	relacoesinternacionais@ifmt.edu.br
	UFMT	(65) 3313-7294	ufmtinternational@gmail.com
	UFR	(66) 3410-4187	internacional@ufr.edu.br
PA	IFPA	(91) 3342-0569	cori@ifpa.edu.br
	Ufopa	(93) 2101-6541	arni@ufopa.edu.br
	UFPA	(91) 3201-8713/7211	prointer@ufpa.br
	Ufra	(91) 99203-9281	acii@ufra.edu.br
	UNIFESSPA	(94) 2101-7143	arni@unifesspa.edu.br
PB	IFPB	(83) 3612-9711	arinter@ifpb.edu.br
	UFPB	(83) 3216-7156	secretaria@aci.ufpb.br
	UFCG	(83) 2101-1689	internacional@setor.ufcg.edu.br
PE	IFPE	(81) 2125 1600	relacoesinternacionais@reitoria.ifpe.edu.br
	IFSertãoPE	(87) 2101-2366	croi@ifsertao-pe.edu.br
	UFPE	(81) 2126-8006/7021	secci@ufpe.br
	Ufape	(87) 3764-5505	dri@ufape.edu.br
	UNIVASF	(74) 2102-7650	dri.prppg@univasf.edu.br
	UFRPE	(81) 3320-6010	international@ufrpe.br
PI	IFPI	(86) 3131-1411	relacoes.internacionais@ifpi.edu.br
	UFDPAr	(86) 3215-5525 ?	assessoriainternacionalufdpar@ufpi.edu.br
	UFPI	(86) 3215-5976	assuntosinternacionais@ufpi.edu.br
PR	IFPR	(45) 98405-7715	internacional@ifpr.edu.br
	UTFPR	(41) 3310-4853	dirinter@utfpr.edu.br
	UFPR	(41) 3360-5474	aui@ufpr.br
	Unila	(45) 3522-9632	proint@unila.edu.br
RJ	Cefet-RJ	(21) 2566-3014	ascric@cefet-rj.br
	CPII	(21) 2163-5814	arinter@cp2.g12.br
	IFF	(22) 2737-5627	internacional@iff.edu.br
	IFRJ	(21) 3293-6046	internacional@ifrj.edu.br
	Unirio	(21) 2542-4481	cri@unirio.br
	UFRJ	(21) 3938-1618	sgri@internacional.ufrj.br
	UFF	(21) 2629-2004	sri@id.uff.br
RN	UFRRJ	(21) 2682-1090/1080	corin@ufrj.br
	IFRN	(84) 4005-0891	aseri@ifrn.edu.br
	UFRN	(84) 3342-2271	sri@sri.ufrn.br
RO	Ufersa	(84) 3317-8268	ari@ufersa.edu.br
	IFRO	(69) 2182-9631	arint@ifro.edu.br
RR	Unir	(69) 2182-2050/2047	internacional@unir.br
	IFRR	(95) 3224-9273	arinter@ifrr.edu.br
	UFRR	(95) 98113-0647	crint@ufrr.br

UF	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
RS	IFRS	(54) 3449-3356	assuntos.internacionais@ifrs.edu.br
	IFFar	(55) 3218 9841	internacional@iffar.edu.br
	IFSul	(53) 3026-6231	if-dai@ifsul.edu.br
	UFCSPA	(51) 3303-8863	inter@ufcspa.edu.br
	UFPel	(53) 3284-3148	inova@ufpel.edu.br
	UFSM	(55) 3220-8774	sai@ufsm.br
	Unipampa	(55) 99931-1271	daiinter@unipampa.edu.br
	FURG	(53) 3233-6735	reinter.assessor@furg.br
	UFRGS	(51) 3308-3258	relinter@relinter.ufrgs.br
SC	IFC	(47) 3331-7805	assessoria.internacional@ifc.edu.br
	IFSC	(48) 3877-9010	arexi@ifsc.edu.br
	UFFS	(49) 2049-3139	agiitec@uffs.edu.br
	UFSC	(48) 3721-4431	direcao.sinter@contato.ufsc.br
SE	IFS	(79) 3711-1400	assri@ifs.edu.br
	UFS	(79) 3194-7031	cori@academico.ufs.br
SP	IFSP	(11) 3775-4552	arinter@ifsp.edu.br
	UFSCar	(16) 3351-8639	scg-srinter@ufscar.br
	Unifesp	(11) 3385-4112	internacional@unifesp.br
	UFABC	(11) 3356-7226/7220	rel.internacionais@ufabc.edu.br
TO	IFTO	(63) 3229-2219	assint@ifto.edu.br
	UFT	(63) 3229-4103	relinter@uft.edu.br
	UFNT	?	sucom@ufnt.edu.br

* Elaborado em 22 de maio de 2023, por meio de consulta aos sites institucionais.

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO



Relações Internacionais e Educação: um estudo sobre a gestão da internacionalização nas autarquias federais de ensino

* Questionário disponível para respostas no período de **15 a 21 de junho de 2023**.

Convite para participar de pesquisa

Caro (a) gestor (a),

Este questionário constitui um instrumento importante para o desenvolvimento da pesquisa que objetiva conhecer como está organizada e como é operacionalizada a gestão da internacionalização nas autarquias federais de ensino.

Conforme Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, as informações fornecidas por você serão analisadas de forma global e terão privacidade garantida.

Sua colaboração é muito importante!

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa, com vistas à elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, vinculada ao curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria, intitulada provisoriamente como **Relações Internacionais e Educação: um estudo sobre a gestão da internacionalização nas autarquias federais de ensino**, tendo como objetivo analisar a gestão da internacionalização nas autarquias federais de ensino e conhecer sua organização e operacionalização.

O acompanhamento dos procedimentos será realizado pela estudante de graduação, Sirlei Lopes Vidal. As informações fornecidas por você terão privacidade garantida. Os participantes da pesquisa não serão identificados em nenhum momento.

O período para responder será de 15 a 21 de junho de 2023. O questionário será disponibilizado por meio de formulário eletrônico encaminhado, via *e-mail*, aos setores de relações internacionais das instituições.

Não há respostas certas ou erradas e o tempo médio para preencher o questionário é inferior a 10 minutos.

Você não terá despesas e nem será remunerado (a) pela participação. Os riscos ou possibilidade de danos (à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual) ao preencher este questionário são mínimos e em caso de desconforto você pode se retirar da pesquisa.

Participar desta pesquisa não lhe trará benefícios e ou vantagens diretas. Os benefícios indiretos de sua participação são relativos à ampliação do conhecimento sobre o tema abordado e os resultados poderão contribuir para reformular práticas de organização e gestão.

Contato

Pesquisadora: Sirlei Lopes Vidal sirlei.vidal@iffarroupilha.edu.br 055 99620 4046

Orientador: Professor Doutor Júlio César Cossio Rodriguez - CCSH/UFSM

Termo de Consentimento

Declaro que fui informado sobre todos os procedimentos da pesquisa, que todos os dados a meu respeito serão mantidos em sigilo e que posso me retirar do estudo a qualquer momento.

Deseja responder este questionário? *

Ao clicar RESPONDER você concorda com o termo.

Obs.: Após marcar a opção NÃO RESPONDER e enviar não será mais possível alterar essa opção.

- Responder
- Não Responder

Caracterização do respondente

Sou (carreira): *

- Docente
- Técnico-Administrativo em Educação
- Outra

Possuo formação em Relações Internacionais (RI): *

- Sim
- Não

Atuo como gestor de RI na instituição: *

- A menos de 1 ano
- De 1 a 2 anos
- De 2 a 4 anos
- De 4 a 6 anos
- A mais de 6 anos

Caracterização da instituição

Está localizada na região: *

- Sul
- Sudeste
- Centro-Oeste
- Norte
- Nordeste

O quantitativo de servidores efetivos ativos na instituição é de: *

- Até 1.000 servidores
- Entre 1.000 e 2.500 servidores
- Entre 2.500 e 5.000 servidores
- Entre 5.000 e 10.000 servidores
- Mais de 10.000 servidores

O quantitativo de alunos (considerando todos os níveis e modalidades) regulares na instituição é de: *

- Até 5.000 alunos
- Entre 5.000 e 10.000 alunos
- Entre 10.000 e 15.000 alunos
- Entre 15.000 e 25.000 alunos
- Mais de 25.000 alunos

O quantitativo de cursos (considerando todos os níveis e modalidades) na instituição é *

- Menos de 25
- De 25 a 50
- De 50 a 100
- De 100 a 200
- Mais de 200

Sobre a estrutura organizacional

O setor é uma: *

- Secretaria
- Coordenação
- Diretoria
- Pró-reitoria
- Outro: _____

No organograma, caso seja secretaria/coordenação/diretoria, o setor está vinculado: *

- Gabinete do Reitor(a)
- Pró-reitoria
- Outro: _____

A internacionalização está contemplada no PDI? *

- Sim
- Não

Institucionalização do setor: *

- depois de 2018
- entre 2013 e 2018
- entre 2008 e 2013
- entre 2003 e 2008
- Outro: _____

O setor possui previsão orçamentária no planejamento anual da instituição? *

- Sim
- Não

Caso o setor possua previsão orçamentária própria, qual o percentual da previsão frente ao orçamento anual da instituição (custeio)? *

Sua resposta _____

Quantitativo de servidores no setor: *

- 1
- 2
- 3 a 5
- 6 a 8
- Outro: _____

Quantitativo de estagiários no setor: *

- 0
- 1
- 2
- 3
- Outro: _____

O setor conta com equipe multiprofissional? *

- Sim
- Não

Sobre a composição da equipe: *

- Técnicos-Administrativos, majoritariamente
- Docentes, majoritariamente

A equipe conta com servidores(as) capacitados/qualificados em Relações Internacionais? *

- Sim
- Não
- Outro: _____

A equipe conta com servidores(as) proficientes em: *

- Inglês
- Espanhol
- Francês
- Mandarim
- Árabe
- Outro: _____

Suas considerações sobre a estrutura organizacional

Por favor, responda com sinceridade, baseando-se em sua experiência e considerando a seguinte escala:

- 1 - Concordo
- 2 - Concordo parcialmente
- 3 - Indiferente
- 4 - Discordo parcialmente
- 5 - Discordo

O enquadramento organizacional do setor está adequado: *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

A disponibilidade orçamentária do setor está adequada à demanda: *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

O quantitativo de servidores no setor está adequado à demanda: *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

O quantitativo de estagiários no setor está adequado à demanda: *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Os cargos que compõem a equipe estão adequados à demanda: *

1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

O setor carece de profissional de Relações Internacionais em cargo efetivo: *

- | | | | | |
|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

A inexistência de cargo de carreira específico em Relações Internacionais fragiliza o desenvolvimento das atividades no setor: *

- | | | | | |
|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

O setor carece de profissionais proficientes em línguas estrangeiras: *

- | | | | | |
|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

Sobre a operacionalização das atividades

A instituição possui política de internacionalização? *

- Sim
- Não

A instituição possui política linguística? *

- Sim
- Não

A instituição firmou acordos/convênios com instituições da: *

- América do Sul
- América Central
- América do Norte
- África
- Europa
- Oriente Médio
- Ásia
- Oceania

A maioria dos acordos/convênios firmados são com instituições da: *

- América do Sul
- América Central
- América do Norte
- África
- Europa
- Oriente Médio
- Ásia
- Oceania

O quantitativo de acordos/convênios firmados pela instituição, considerando o período de 2018 a 2023: *

- Menos de 10
- Entre 10 e 25
- Entre 25 e 50
- Entre 50 e 100
- Mais de 100

Ações de internacionalização realizadas na instituição: *

- Mobilidade de discentes
- Mobilidade de docentes
- Mobilidade de técnicos-administrativos
- Mobilidade de gestores
- Estudantes internacionais
- Programa de línguas estrangeiras
- Currículo internacionalizado
- Dupla titulação
- Cooperação científica
- Cooperação tecnológica
- Outro: _____

A maioria das ações de internacionalização realizadas na instituição são de: *

- Mobilidade de discentes
- Mobilidade de servidores
- Estudantes internacionais
- Cooperação científica e tecnológica
- Outro: _____

As ações de internacionalização realizadas na instituição são: *

- Ativas, majoritariamente (proposição/promoção da ação)
- Passivas, majoritariamente (participação em ação existente)

Atores internacionais envolvidos nas ações de internacionalização da instituição: *

- Instituições de ensino/pesquisa públicas
- Instituições de ensino/pesquisa privadas sem fins lucrativos
- Instituições de ensino/pesquisa privadas com fins lucrativos
- Empresas públicas
- Empresas privadas
- ONGs
- Órgãos governamentais
- Outro: _____

Relações Internacionais e Educação: um estudo sobre a gestão da internacionalização nas autarquias federais de ensino

sirlei.vidal@iffarroupilha.edu.br [Alternar conta](#)



Não compartilhado

Obrigada por participar!